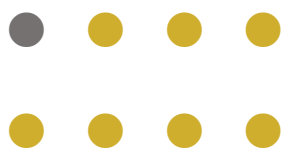


Plano de Ação

**Serviços de
Interesse Geral**



Relatório Final

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Final -

Índice

ELEMENTOS DE SÍNTESE	1
1 - ELEMENTOS DE CONTEXTO.....	3
2 - PRESSUPOSTOS E ORIENTAÇÕES QUE CONDICIONAM O PROCESSO DE REFLEXÃO DA ABORDAGEM AOS SSIG.....	5
3 - RACIONAL DE INTERVENÇÃO E TERRITORIALIDADE DAS INTERVENÇÕES	9
4 - TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES	42

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral

- Relatório Final -

ELEMENTOS DE SÍNTESE

A revitalização demográfica e o reforço do sistema urbano são desafios da Estratégia Regional, que devem encontrar nos Serviços de Interesse Geral, em particular os serviços sociais (SSIG) instrumentos adequados para consolidação dos objetivos regionais.

O declínio demográfico projetado para 2030 associado a um aumento da população com 60 e mais anos, e a processos menos consolidados da rede urbana, obrigam a encarar a oferta em rede de SSIG e de todos os mecanismos inovadores de provisão (física ou digital) como um fator de coesão territorial e vetor de qualificação territorial na atração e fixação de populações.

- Balanço crítico da informação recebida do financiamento SSIG PT2020.
- Perspetivas para o futuro período de programação (relativo à informação recebida dos setores SSIG consultados pela CCDR Alentejo).
- Análise da consistência dos subsistemas territoriais PROT (Alentejo e OVT) e PNPOT.
- Estruturação da rede urbana e articulação com as propostas suportadas na estruturação dos SSIG.
- Identificação de pontos críticos para a decisão dos próximos instrumentos de abordagens territoriais.

[O processamento de informação mais completa e desagregada por tipologia de equipamentos/serviços em alguns sectores SSIG, a par da identificação de práticas inovadoras de provisão a nível territorial, contribuirá para uma maior robustez da programação.]

Articulação com outros PA e Instrumentos

- Articulação com a esfera de intervenção do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) (nas dimensões de provisão física e digital).
- Articulação com a EREI no desenho e suporte a soluções inovadoras de provisão, nomeadamente nas dimensões digitais.
- PA Governança e Capacitação, na definição de novas respostas suportadas em envolvimento de atores e organização de soluções mais flexíveis.
- Articulação com os objetivos de estruturação do PNPOT e na densificação destes objetivos no modelo do futuro PROT.

Elementos de Governança

- Definição do âmbito, escala e tipologias das abordagens territoriais com impacto na esfera municipal, nomeadamente as ITI CIM, ITI instrumento urbano e Parcerias para a Coesão.
- Articulação da esfera de intervenção das CIM e Municípios no âmbito das ITI CIM e do PRR (territorialização das intervenções), no âmbito da consolidação da descentralização de novas competências.
- Reforço da coordenação das CCDR nas suas competências de articulação sub-regional e de consolidação do modelo territorial.

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral - Relatório Final -

“Os serviços de interesse geral desempenham um papel crescente. São parte dos valores partilhados por todas as sociedades europeias e constituem um elemento essencial do modelo europeu de sociedade. O seu papel é essencial para garantir maior qualidade de vida para todos os cidadãos e ultrapassar os problemas da exclusão social e do isolamento. Dado o seu peso na economia e a importância que revestem para a produção de outros bens e serviços, a sua eficácia e qualidade constituem um fator essencial de competitividade e coesão acrescida, em especial para atrair investimento para as regiões menos favorecidas.”,
in “Livro Verde sobre Serviços de Interesse Geral”. Comissão Europeia. (2003).

1 - ELEMENTOS DE CONTEXTO

O Tratado de Lisboa, no seu artigo 14º reconhece, que **os Serviços de Interesse Geral fazem parte dos valores comuns da UE e desempenham um papel central na promoção da coesão económica e social**. Ainda assim, o termo Serviços de Interesse Geral (SIG) é relativamente recente, tendo sido essencialmente definido no quadro da construção das políticas europeias, não refletindo terminologias nacionais, ou conceitos utilizados na literatura científica (ESPON 2011). O Livro Verde sobre Serviços de Interesse Geral (CE, 2003) reconhece até que nos diversos Estados-Membros são utilizados diferentes termos e definições relacionadas com estes Serviços, o que reflete diferentes desenvolvimentos históricos, económicos, culturais e políticos.

Por esse facto, a ambição política da UE em matéria de SIG, tal como referido no Livro Branco sobre os Serviços de Interesse Geral (CE, 2004), centra-se em assegurar a prestação deste tipo de serviços a todos os cidadãos e empresas da União. Para os cidadãos, este acesso é uma componente essencial da cidadania europeia, sendo indispensável para que possam desfrutar plenamente dos seus direitos fundamentais, e para as empresas a disponibilidade de serviços de alta qualidade é um pré-requisito para um ambiente económico competitivo.

A resposta a estes desafios de eficácia e eficiência na oferta de SIG tem motivado a generalidade dos Estados-Membros da UE **a avançar para a descentralização das responsabilidades na política social do Estado central, reconhecendo nuns casos que as autoridades locais têm um melhor conhecimento das necessidades dos cidadãos** e, procurando noutros encontrar modelos de gestão mais eficientes.

Embora nos últimos 30 anos a Política de Coesão em Portugal tenha conduzido as regiões a uma aproximação das condições de vida, as profundas mudanças demográficas, económicas e tecnológicas em curso, exigem uma releitura das atuais experiências e das futuras condições de prestação dos SIG, mormente os Sociais, no quadro de uma Política Regional que vise a Coesão Social e Territorial do País.

Os Serviços de Interesse Geral (SIG), consistem em serviços básicos essenciais para assegurar qualidade de vida e o bem-estar da população, onde o Estado tem a obrigação de garantir padrões de acesso e de qualidade que cumpram critérios de interesse público.

Considerando os setores de atuação e os níveis de envolvimento do mercado na provisão, os Serviços de Interesse Geral, de acordo com a literatura Europeia do tema, organizam-se em três categorias:

- Os serviços de interesse económico geral (SIEG), que são serviços de base prestados em troca de pagamento, tais como os serviços postais e que estão sujeitos a regras de concorrência no âmbito do mercado interno europeu;
- Os serviços não económicos (SNE), tais como a polícia, a justiça e os regimes de segurança social obrigatórios, que não são sujeitos a legislação europeia específica ou a regras de concorrência;

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral - Relatório Final -

- Os serviços sociais de interesse geral (SSIG), que respondem a necessidades dos cidadãos e assentam nos princípios da solidariedade e da igualdade de acesso, podendo ser ou não de natureza económica.

No âmbito deste Plano de Ação, e tendo em conta:

- as orientações para a revistação das estratégias regionais;
- as Prioridades do Anexo D;
- o diagnóstico de prioridades da Estratégia Alentejo 2030 – Desafiar o Futuro;
- a trajetória de tipologias financiadas pelos Programas Operacionais Regionais (POR);

a sua abordagem, **incide apenas no âmbito dos serviços sociais de interesse geral (SSIG)**. Este âmbito, vem por sua vez, reforçar as áreas de intervenção alvo do processo de descentralização de domínios de competência para a esfera Municipal e pode contribuir para o reforço de coerência nos exercícios das abordagens territoriais no quadro 2030, com particular incidência nos domínios da Educação, Saúde, Social e Cultura.

De acordo com as orientações da tutela para as abordagens estratégicas, este exercício deve ter uma reflexão suportada no modelo territorial, procurando associar à dimensão de provisão, condições para que se faça caminho no âmbito de uma visão mais integrada do papel destes serviços de entrega de políticas públicas, que de acordo com a literatura especializada, assentam nos seguintes critérios/dimensões que caracterizam o acesso ao SSIG:

- **Disponibilidade** – refere-se à existência de instalações de serviço em quantidade, diversidade e dimensionamento capaz de poder satisfazer as necessidades dos utilizadores (existem serviços? que serviços? que quantidade? que relação entre a capacidade e os potenciais utilizadores?);
- **Acessibilidade** – refere-se à acessibilidade física e à capacidade de os utilizadores superarem a distância para disporem do serviço (os utilizadores estão próximos? os serviços são fáceis de aceder? quanto tempo de deslocação é que é necessário?);
- **Custo** – diz respeito ao valor despendido pelos utilizadores para poderem beneficiar do serviço e a sua aceitabilidade pelos utilizadores, podendo preços elevados excluir potenciais utilizadores por incapacidade económica (o preço é acessível? os custos associados marginalizam alguma população?);
- **Comodidade** – diz respeito à organização dos serviços, aos tempos de espera ou à adequação dos seus horários de funcionamento à vida profissional/familiar dos utilizadores (qual o tempo de espera? facilidade de atendimento ou de utilização do serviço?
- **Aceitação** – descreve o conforto do cliente com o prestador e vice-versa (que confiança o cliente deposita no prestador? qual a satisfação?).

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Final -

2 - PRESSUPOSTOS E ORIENTAÇÕES QUE CONDICIONAM O PROCESSO DE REFLEXÃO DA ABORDAGEM AOS SSIG

Tendo em conta que:

1. As Orientações recebidas do Ministério da Coesão Territorial para o exercício de programação para os níveis NUTS II e III referem que:

- ✓ Deverá ser assegurada a **revisitação das Estratégias Regionais 2014-2020**, traduzindo-se num exercício com carácter evolutivo em relação ao desenvolvido no contexto do PT 2020. A Estratégia Regional 2030 deve integrar as dimensões de nível sub-regional (NUTS III);
- ✓ Deverá ser assegurado a **densificação do sistema urbano regional (NUTS II)**, tendo como referência o modelo territorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). Essa abordagem deve integrar os contributos do nível NUTS III, devendo assegurar adequada hierarquia e modelo policêntrico, designadamente:
 - a) Caracterização da **relevância e do papel dos diferentes centros urbanos na organização da rede territorial regional de suporte à prestação de Serviços de Interesse Geral (SIG)** aos cidadãos e às empresas, identificando os nós dessa rede com maior potencial de diferenciação e articulação funcional, **com especial atenção aos centros urbanos do interior e aos centros urbanos polarizadores do PNPOT**;
 - b) **Identificação dos territórios com deficiente provisão de SIG** e estabelecimento de respetivos modelos (inovadores) de prestação de serviços que permitam assegurar adequada equidade vertical e horizontal (tratando de forma diferente o que é diferente e de forma igual o que é igual);
 - c) **Mapeamento geral das prioridades de investimento público na prestação de SIG, garantindo adequada coordenação multinível**, com os diferentes sectores da Administração Central e o nível NUTS III, e identificando os principais estrangulamentos e desafios emergentes, **tendo em consideração, em particular, as novas competências dos Municípios e das Entidades Intermunicipais** no contexto do processo de descentralização em curso;
- ✓ Deverá ser garantida a **auscultação dos principais agentes económicos e sociais com intervenção no território de cada região**, assumindo o nível NUTS II o papel de coordenação e de articulação com o nível NUTS III, evitando exercícios redundantes;
- ✓ Deverá ser assegurado um **alinhamento e articulação entre a Estratégia NUTS II e as Propostas NUTS III**, nomeadamente tendo em consideração, as novas competências dos Municípios e das Entidades Intermunicipais no contexto do processo de descentralização em curso.

2. O PNPOT reforça a necessidade de densificação de um modelo territorial, enquanto instrumento de estruturação e suporte às políticas públicas, referindo que:

Através da promoção de *“...um sistema urbano policêntrico propicia-se uma organização territorial mais equilibrada, estruturada por um conjunto de cidades que proporcionam uma diversidade de funções e relações interurbanas e rurais-urbanas e criam oportunidades de vida e de bem-estar às populações. O desafio orienta-se no sentido de **valorizar e qualificar o conjunto do sistema urbano, em diferentes escalas, atores e formas, na sua diversidade e complexidade**, como quadro de vida e como suporte incontornável de modos de vida contemporâneos da população e de uma economia moderna e competitiva.”* ...“A nível nacional, o desenvolvimento urbano policêntrico **passa pelo reforço dos nós urbanos de âmbito regional e pela dinamização de interações urbanas e rurais-urbanas. A organização policêntrica tende a evitar a**

concentração excessiva nas metrópoles e a potenciar a revitalização das pequenas e médias centralidades”.

“Num contexto de profundas desigualdades territoriais, económicas e sociais, é fundamental o desenvolvimento de abordagens integradas do território que permitam potenciar o uso e o aproveitamento dos recursos territoriais, procurando igualmente promover processos inclusivos e integradores de natureza multiescalar. Este desafio é central no âmbito da política territorial nacional, na medida em que é urgente contrariar as desigualdades socio espaciais tendo como referência princípios de coesão territorial e justiça espacial. Responder a este desafio **passa por reduzir os níveis de pobreza e de exclusão social, aumentando a equidade de oportunidades e a igualdade de direitos dos cidadãos (habitação, saúde, alimentação, educação e emprego)**, independentemente da sua condição socioeconómica e geográfica, nacionalidade, idade, género, etnia ou situação de deficiência. **A acessibilidade (física e digital) a serviços de interesse geral e a acessibilidade ao comércio de proximidade, num quadro de qualificação da qualidade de vida e do bem-estar das populações, são fatores cruciais para um crescimento inclusivo e integrado.**”. “Em termos de inclusão social, é essencial garantir o acesso generalizado à habitação condigna e **a serviços de interesse geral, de acordo com os diferentes padrões de povoamento, desenvolvendo o capital social e melhorando as condições de bem-estar da população. As diferentes soluções de acessibilidade (física e digital) e de mobilidade (deslocação das pessoas aos serviços ou dos serviços às pessoas) devem procurar garantir aos distintos grupos populacionais o acesso efetivo às funções urbanas.**”.

“Os serviços públicos e de interesse geral constituem um importante pilar do Modelo Social Europeu, sendo um fator de coesão social, económica e territorial. O acesso a serviços de interesse geral é essencial para melhorar o capital social e as oportunidades de desenvolvimento económico, bem como as condições de bem estar essenciais para todos os cidadãos. Não obstante os recentes investimentos nesta matéria, perduram carências e/ou inadequações várias nas redes ou na qualidade dos serviços. Existem também insuficiências na articulação intersectorial e a **necessidade de avançar para novos modelos de serviços mais flexíveis e adaptáveis às mudanças** em curso e que ignoram um esforço sustentado de inovação social, cultural e simbólica.”

Saindo reforçado do PNPOT a orientação de que, “A consolidação de um sistema urbano policêntrico nacional assenta ainda na existência de diversos subsistemas, **sustentados em mobilidades, interações e parcerias de base territorial ...**” que se organizam” ... em torno dos seguintes elementos:

- Os centros urbanos, que estruturam a organização do território e **garantem uma oferta diversificada de funções urbanas;**
- Os subsistemas territoriais que articulam relacionamentos de proximidade e **são o suporte da equidade territorial na prestação de serviços de interesse geral;**
- Os corredores de polaridades, que proporcionam o desenvolvimento de eixos favoráveis à cooperação e à integração entre diferentes territórios.

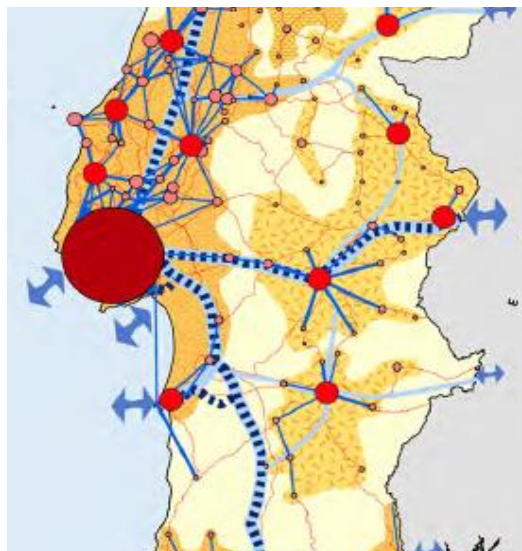
Nesse contexto, ... “o PNPOT tem **os programas intermunicipais como instrumentos relevantes, cuja elaboração deve ser fomentada no quadro das comunidades intermunicipais, com o objetivo de reforçar redes de colaboração e articulação e de concretizar as medidas de política nos domínios dos sistemas natural, urbano, económico, social, conectividade e de governança, seja nos contextos metropolitanos, onde existe uma elevada densidade de relações físicas e funcionais que carecem de estruturação e otimização, seja nos demais territórios, onde o incremento de massa crítica e de racionalidade do acesso a serviços de interesse geral e de serviços de interesse económico é crucial.**”

“Sem prejuízo das figuras formais dos programas e planos intermunicipais e tendo em vista fomentar as iniciativas e promover a capacitação para o planeamento intermunicipal, o PNPOT incentiva o desenvolvimento de exercícios específicos de ordenamento do território à escala intermunicipal,

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral - Relatório Final -

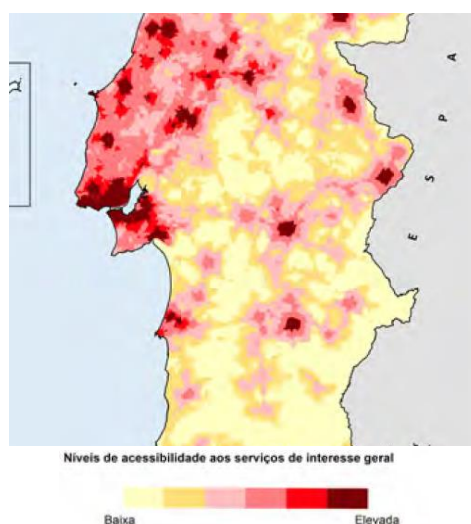
*nomeadamente exercícios de transposição de programas de natureza setorial e especial (ex. ordenamento florestal, agricultura / alimentação de proximidade, conservação da natureza), estudo e esquematização de soluções no âmbito de abordagens de sustentabilidade (ex. mobilidade sustentável, economia circular, adaptação climática, estruturas ecológicas, riscos e soluções de base natural) e **organização da prestação de serviços de interesse geral.***

3. O modelo territorial do PNPOT para o Alentejo, não parece assegurar através dos Centros Regionais identificados, a densidade de nós adequada a esta intervenção e os trabalhos do novo PROT, não estarão concluídos a tempo deste exercício de programação.



Fonte: DGT (2018)

4. O Alentejo apresenta uma das mais baixas densidades de acessibilidade aos Serviços de Interesse Geral (SIG).



Fonte: DGT (2018)

Fonte dos dados: Infraestruturas de Portugal (2017); MTSSS (2017);
M. Saúde (2017); M. Justiça (2017); M. Educação (2017)

5. Os recursos não são ilimitados e que não é possível do ponto de vista dos recursos humanos, da racionalidade das políticas (massa critica relevante e qualidade dos serviços) e dos recursos financeiros, suportar uma rede de SIG uniforme em todo o território.

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral - Relatório Final -

A **Estratégia Regional Alentejo 2030**, identifica estrangulamentos ao nível dos **Serviços Sociais de Interesse Geral (SSIG)**, quer pela insatisfatória cobertura, quer enquanto desafio para a competitividade territorial, na atração e fixação de novos residentes.

Em linha com as apostas do PNPOT, a Estratégia defende, a *“implementação de políticas que garantam equidade territorial no acesso aos serviços. Considerando as complementaridades potenciadas pelo sistema urbano. As diferentes soluções de acessibilidade (física e digital) e de mobilidade (deslocação das pessoas aos serviços ou dos serviços às pessoas; transporte a pedido) devem procurar garantir aos distintos grupos populacionais o acesso às funções urbanas”*.

Os SSIG assumem assim, na narrativa da Estratégia, **um papel relevante na nova geração de políticas urbanas, que se propõe promover enquanto requalificação dos aglomerados urbanos**. Neste contexto, a Estratégia assume enquanto desafio do modelo territorial, **a melhoria do acesso aos SSIG e a qualidade dos serviços prestados, incluindo as dimensões de digitalização e o reforço das abordagens inovadoras, seja nessa provisão e acesso, seja na preparação das populações e comunidades para um pleno usufruto**.

Neste âmbito, devem entender-se como fatores estruturais a ter em conta no processo de decisão:

- As lições do passado, no processo de implementação dos investimentos em SSIG;
- O processo de descentralização, remeteu para os Municípios, novas competências nos domínios dos equipamentos, sobretudo de saúde e educação;
- As opções relativas ao desenho do modelo territorial, em linha com as definições do PNPOT e na sua densificação em sede de PROT, estruturando a sua capacidade de dar suporte à prestação de serviços de interesse geral no contexto da Estratégia Regional Alentejo 2030;

No entanto, à data, persiste um conjunto de incertezas, de onde se destaca:

- Não temos ainda da esfera nacional, orientações para a implementação e desenho desses das **abordagens territoriais**, nem dos modelos e governação que vão presidir aos mesmos;
- O Plano de Recuperação e Resiliência, **inclui propostas de investimento em domínios dos SSIG** (dimensões sociais e de saúde, muitas dimensões de digitalização destas respostas, ...) típicos da esfera municipal, **o que condiciona a afetação de recursos no POR Alentejo** para estas dimensões de política e podendo condicionar o próprio desenho e coerência territorial dos instrumentos;
- Com a aprovação dos regulamentos comunitários, sabemos que o calendário para definir prioridades dos POR vai acelerar, mas não temos calendário nem cronograma para o processo de negociação;
- Não obstante o esforço da CCDR Alentejo, a informação recebida até ao momento, não permite uma leitura capaz de enquadrar as necessidades e dimensões de articulação destes serviços, nem temos concluído o processo de avaliação qualitativa e de identificação de necessidades;

Neste contexto, o PA de Provisão e acesso a SIG deve garantir suporte de apoio à decisão nas dimensões:

- i. Racional de Intervenção: Tendo em conta o balanço 2020 à luz das orientações de estruturação territorial referenciadas na Estratégia Regional e nos objetivos PNPOT/PROT;
- ii. Territorialidade: tendo em conta as dimensões dos setores e o ajustamento ao âmbito de intervenção da esfera municipal, no contexto das suas competências e dos instrumentos de abordagens territoriais entretanto estabilizados;
- iii. Definir objetivos específicos de intervenção;
- iv. Identificar escalas e tipologias de intervenção, para dar coerência à entrega das políticas;
- v. Sistematizar os resultados esperados;
- vi. Identificar as entidades a envolver.

3 - RACIONAL DE INTERVENÇÃO E TERRITORIALIDADE DAS INTERVENÇÕES

A abordagem ao racional de intervenção, no contexto de enquadramento do ponto anterior, obriga a associar ao balanço e às expectativas futuras, a dimensão do modelo territorial, procurando dar coerência às orientações e aos desígnios resultantes da revistação da estratégia Alentejo 2030.

Na prática o racional deve dar resposta em três dimensões:

- I. Garantir que a **toda a população tem condições de acesso aos SSIG**;
- II. Garantir que a rede de respostas dos SSIG (físicas e digitais) **reforçam as condições de coesão territorial e de qualidade de vida da população**;
- III. Que asseguramos na escala mais adequada a entrega das políticas públicas associadas aos SSIG, articulando a gestão multinível de competências, e a **assegurando a flexibilidade e inovação necessária a novas necessidades os a novas ofertas**;

O período 2030, na sequência dos investimentos de períodos anteriores, deve por isso reforçar a aposta na **otimização do fecho de rede das respostas**, manter os mecanismos de **reforço da qualidade da provisão dos serviços**, sem deixar de **ambicionar respostas inovadoras ou diferenciadoras** para a densidade de atores e a realidade demográfica projetada para a região.

Este enquadramento, deve em linha com o DL do PNPOT e as orientações assumidas na da Estratégia Regional, ter por base a **consolidação do modelo territorial e o reforço das repostas em rede ou suportadas em soluções inovadoras de provisão**. Só desta forma, a intervenção com base nos SSIG pode contribuir para a competitividade dos territórios e para o reforço da coesão económica e social.

3.1. Modelo Territorial na Estratégia Alentejo 2030

A estratégia Alentejo 2030, reforça a necessidade de **“pensar o território de forma integrada...”**, constituindo o PNPOT **“o quadro de referência dos planos e programas territoriais e a sede da coordenação da expressão espacial das diferentes políticas sectoriais.”** mas **“deverá caber aos PROT’s do Alentejo e do Oeste e Vale do Tejo, adotar uma visão própria em função da diversidade das dinâmicas e dos motores de transformação, com a tônica no território e nas pessoas.”**

Constatando ainda que **“a agenda para o território do PNPOT estabelece um conjunto de grandes compromissos para o ordenamento, cuja concretização depende fortemente do envolvimento dos níveis regional e local, desafiando a articulação multinível e intersectorial e a territorialização das políticas públicas na sua capacidade de diferenciar e fazer opções.** A interpretação dessa diferenciação territorial é justamente **atribuída aos PROT e exige abordagens específicas integradas, a aprofundar no âmbito dos processos de revisão referidos. O perfil do território regional tem na sua estrutura, um conjunto de sistemas e macro fluxos cujo funcionamento é gerador de vulnerabilidades críticas, défice nos níveis de acessibilidade aos serviços de interesse geral, e, ao nível dos micro fluxos, um denso sistema capilar de usos e atividades.”**

Assim, **“neste enquadramento, o esforço de territorialização das políticas públicas (condição necessária para o sucesso do planeamento e programação estratégica), deverá resultar da análise conjugada das opções territoriais do PNPOT 2019 e do modelo territorial dos PROT, nomeadamente promovendo as seguintes vertentes e alinhamentos estratégicos:**

- **Estruturação do sistema urbano, com base nos principais aglomerados (centros urbanos regionais) que vêm reforçando o seu papel como polos de atratividade regional e como motores dos subsistemas urbanos (centros urbanos estruturantes e complementares) que constroem a relação**

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Final -

rural-urbana absolutamente central no incremento da resiliência territorial e no robustecimento das economias de escala;

- ***Fortalecimento da coesão territorial face à expressão crescente das áreas em perda populacional, que tenderá a acentuar-se no horizonte 2030, de acordo com as projeções do INE, coincidindo em grande parte com o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional abaixo da média;***
- ***Valorização dos subsistemas territoriais que se incluem nas áreas de perda populacional inferior 15% em 2030, potencialmente polarizadores dos serviços de interesse geral e de atividades de valorização do património cultural;***

Nesse contexto, a estratégia assume como Desafios Regionais e da Visão Estratégica e Prioridades:

- *“A estruturação e implementação de um modelo regional de governação colaborativa em domínios agregadores da globalidade da intervenção dos atores regionais (**provisão e acesso aos Serviços de Interesse Geral, património e atividades culturais, economia circular e mobilidade e transportes**), nomeadamente **na gestão e implementação de programas de ação intermunicipais**;*
- *“A **Elegibilidade efetiva de intervenções de qualificação do território** (serviços de interesse geral, equipamentos coletivos e outros, habitação, ...); e*
- *“oportunidades de “desurbanização” com reforço de alguns fluxos demográficos para os territórios menos densos e que tenham argumentos próprios em termos de acessos, mobilidade, amenidades, identidade cultural e atividades de animação diferenciada e lazer, serviços inovadores de apoio à família (primeira infância e 3ª idade) e de **serviços de interesse geral funcionais que garantam a qualidade de vida para quem escolhe as modalidades de trabalho à distância**;*”
- *“A **provisão e acesso aos Serviços de Interesse Geral com base na digitalização, reforçando abordagens inovadoras seja nessa provisão e acesso, seja na preparação das populações e comunidades para um pleno usufruto**;*”
- *“Aposta nas diferentes expressões da implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais combinando respostas na **provisão dos Serviços de Interesse Geral (educação, saúde, equipamentos sociais coletivos, ...)**, na **dupla ótica da manutenção de limiares de população e de atração de novos residentes contribuindo para uma reorganização de funções urbanas** que dinamize também a reanimação socioeconómica de aglomerados da rede de **Centros Complementares**.”*

Não tendo a Estratégia Regional Alentejo 2030 avançado (de forma mais fina) na definição dos subsistemas territoriais, procuramos sistematizar uma análise breve dos atuais instrumentos de ordenamento do território, de forma a estruturar a nossa análise, tentando respeitar os objetivos territoriais enunciados.

Neste contexto, no âmbito das interações para a elaboração deste PA, a CCDDR, dando corpo aos princípios identificados na estratégia, assumiu uma posição relativa à reflexão sobre o sistema urbano regional, que se resumia nas seguintes considerandos:

- Os Centros Urbanos Regionais (CUR) e os Centros Urbanos Estruturantes (CUE) (do PROT Alentejo) estão, no entender do Alentejo integrados no que o PNPOT designa por Centros Urbanos.
- Os Centros Complementares (CUC) (que no PROT Alentejo são: Alter do Chão, Arronches, Avis, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Sousel, Alandroal, Arraiolos, Borba, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Viana do Alentejo, Vila Viçosa, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Ourique, Vidigueira), são entendidos com sedes de concelho fundamentais para a sustentação dos territórios de baixa densidade e para a afirmação das relações urbano-rurais.

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral - Relatório Final -

- Os CUC no sentido de melhorar a qualidade dos serviços no meio rural e garantir o acesso generalizado aos serviços básicos - comércio, saúde, educação e apoio social, apresentam ou **devem apresentar um leque mínimo de serviços urbanos indispensáveis ao seu papel de suporte à coesão territorial**, devendo no seu contributo para o policentrismo:
 - a) Afirmar-se enquanto **nós de estruturação** e amarração local e de articulação com o sistema urbano regional;
 - b) Assegurar que constituem nós fundamentais de sustentação sócio rural para os territórios de baixa densidade;
 - c) Afirmar-se enquanto espaços de cidadania, de valorização de recursos e de quadros de vida significativos para o desenvolvimento local.

Na prática, o modelo Territorial assume que, todos as sedes de concelho que não são Centros Urbanos Regionais (CUR) nem Centros Urbanos Estruturantes (CUE) correspondem a Centros Urbanos Complementares (CUC).

Neste contexto, presumiu-se que o tratamento do modelo territorial para a NUTS Lezíria do Tejo, segue o mesmo racional, tendo por base a modelo do PROT OVT.

Esta posição da CCDR Alentejo, vai sustentar a análise da informação e das propostas deste PA. No entanto, existindo três níveis de Centros Urbanos, implicitamente estamos a definir uma hierarquia de diferenciação, obrigando a pensar “papeis” diferenciados, ainda que articulados para todos eles.

Tendo em conta estas reflexões e o contexto que o texto do PNPOT reserva aos SSIG na estruturação dos sistemas e subsistemas urbanos, importa cruzar as duas visões (PNPOT e PROT Alentejo/OVT) identificando alertas e estruturando propostas para o processo de decisão.

3.2. Abordagem ao Modelo Territorial do Alentejo, com base nos instrumentos de ordenamento (PNPOT e PROT em vigor)

A visão do PNPOT

“O **sistema urbano** organiza-se em torno de duas áreas metropolitanas e de um conjunto de centros urbanos regionais e um conjunto de subsistemas de cooperação territorial (relações interurbanas e urbano-rurais). Assim, identificam-se três tipos de subsistemas territoriais, com limites porosos e com geometrias variáveis:

- (1) Os **subsistemas territoriais a valorizar**, são regiões urbanas funcionais, espaços de carácter metropolitano ou poliurbano ou áreas sub-regionais polarizadas por cidades médias. Correspondem a áreas relativamente densas, tendencialmente com um crescimento urbano disperso e fragmentado territorialmente, com geografias económicas muito relacionadas e bacias de emprego com pendularidades muito fortes, parcialmente estruturadas pelos transportes públicos;
- (2) Os **sistemas territoriais a consolidar**, são áreas sub-regionais polarizadas por cidades médias, com uma dimensão populacional e económica relativamente pequena, em que as relações urbanas e urbano-rurais precisam de ser intensificadas. Nestas áreas a consolidação das redes urbanas existentes permitirá alcançar **melhores níveis de eficiência e eficácia na gestão das políticas públicas e na implementação de estratégias mais ambiciosas**;
- (3) Os **sistemas territoriais a estruturar**, são áreas rurais com fraca densidade urbana, com um nível de oferta de serviços relativamente escasso, com fraca dimensão populacional e económica.

O Modelo Territorial é condicionado pelas Mudanças Críticas com diferentes intensidades (Mapa dos Territórios sob pressão), exigindo respostas diferenciadas territorialmente.”

O território do Alentejo só tem intervenções **nos dois primeiros subsistemas**: parte do Litoral Alentejano e Lezíria, no primeiro, e as restantes polaridades urbanas, no segundo.

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral - Relatório Final -

No que respeita à estrutura e articulação dos Centros Urbanos nestes subsistemas, refere que “O sistema urbano nacional se organiza em torno dos seguintes elementos:

- **Os centros urbanos**, que estruturam a organização do território e garantem uma oferta diversificada de funções urbanas;
- **Os subsistemas territoriais** que articulam relacionamentos de proximidade e são o **suporte da equidade territorial na prestação de serviços de interesse geral**;
- **Os corredores de polaridades**, que proporcionam o desenvolvimento de eixos favoráveis à cooperação e à integração entre diferentes territórios.

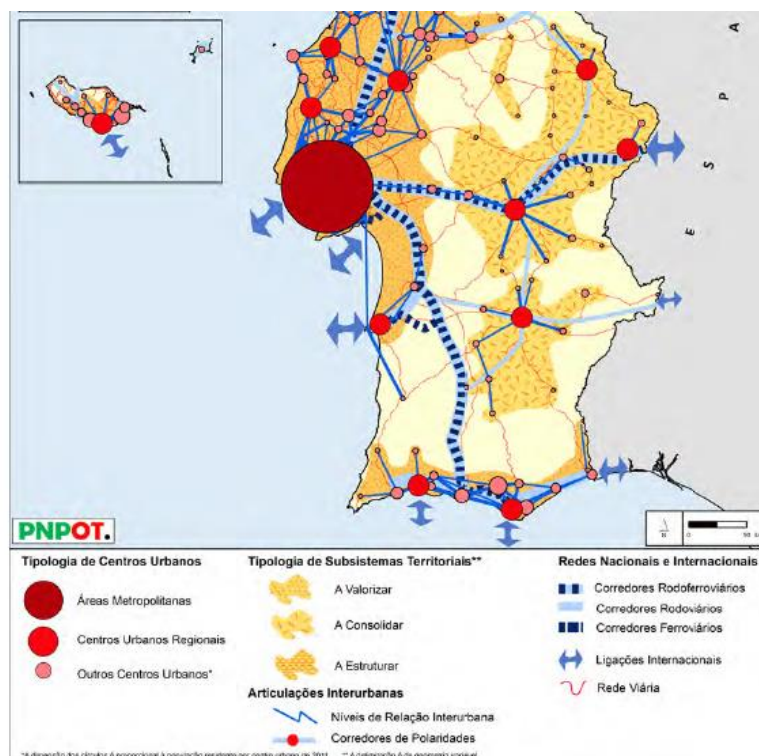
O primeiro daqueles elementos, os centros urbanos, inclui três situações complementares: as duas áreas metropolitanas, **um conjunto de centros urbanos regionais** e um leque diversificado de **outros centros urbanos**. ... Os **centros urbanos regionais** destacam-se pela concentração de população residente, pela importância da base económica e pela atratividade das suas funções urbanas. A construção de um **compromisso entre os objetivos de competitividade e de coesão regional** deverá ancorar-se nas áreas metropolitanas e nos centros urbanos regionais.

Simultaneamente, **um conjunto de outros centros urbanos, com funções de âmbito municipal ou supramunicipal, constitui uma rede de suporte básico à organização do território**. As centralidades médias urbanas (e não só as grandes regiões metropolitanas) para além de **disponibilizarem um leque mínimo de serviços urbanos**, os chamados **serviços de interesse geral**, devem igualmente oferecer, em função da sua estratégia de especialização e internacionalização, **serviços de diferenciação, como por exemplo serviços de apoio ao investimento e às empresas, investigação e desenvolvimento, serviços culturais, de apoios à organização de eventos, de lazer, saúde e bem-estar e de educação, porque estes serviços adicionam valor aos territórios**.

A consolidação de um sistema urbano policêntrico nacional assenta ainda na existência de diversos subsistemas, sustentados **em mobilidades, interações e parcerias de base territorial envolvendo os três tipos de centros urbanos acima referidos**. Posicionam-se enquanto espaços de cidadania, de valorização de recursos, de quadros de vida e de integração territorial, nomeadamente nas dimensões interurbanas e rurais-urbanas, **devendo garantir uma distribuição de serviços e uma oferta de equipamentos que promova a polivalência e a complementaridade funcional bem como a equidade territorial, o que justifica a distinção entre os subsistemas a valorizar, a consolidar e a estruturar**. A oferta de serviços é fundamental para a **qualidade de vida dos residentes e para a atracção/fixação de novos residentes, contribuindo para a sustentabilidade dos territórios, nomeadamente os de baixa densidade demográfica, económica e institucional**. Os subsistemas apresentam atualmente configurações e níveis diferenciados de consolidação e abrangência territorial, **o que justifica a distinção entre sistemas urbanos estruturados e sistemas urbanos a estruturar**. Nestes contextos espaciais é possível organizar a oferta de serviços **em função da natureza da mobilidade a incrementar (o utente desloca-se ao serviço ou os serviços deslocam-se aos utentes) e das infraestruturas a mobilizar (através da mobilidade física ou digital)**. Os diferentes Ministérios, **através da organização da oferta dos serviços públicos e de interesse geral devem contribuir para a consolidação do Sistema Urbano**.

A estruturação do sistema urbano apoia-se também num conjunto de corredores a potenciar, capazes de constituir uma rede promotora de desenvolvimento territorial. A estruturação destes eixos de relacionamento pressupõe a intensificação das ligações de intermediação e conectividade entre os principais centros urbanos regionais, enfatizando a importância dos eixos transversais e longitudinais na integração territorial do país. Assim, estes corredores podem ser instrumentos de potenciação de ativos regionais e de reforço da cooperação para a coesão territorial.”

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral - Relatório Final -



Fonte: DGT (2018)

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Final -

Quadro 1 - Modelo Territorial PNPOT

					Sistema Urbano e Modelo Territorial			
NUTS II	DESIGNAÇÃO	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO 2011	Km2	Centros Regionais	Outros Centros Urbanos	Dependência do CR	Subsistema
A L E N T E J O	CI do ALENTEJO LITORAL (5 MUNICÍPIOS)	Alcácer do Sal	13 046	1 499,87		CC	Santiago do Cacém	1
		Grândola	14 826	825,94		CC	Santiago do Cacém	1
		Odemira	26 066	1 720,60		CC	Santiago do Cacém	1
		Santiago do Cacém	29 749	1 059,69	CR			1
		Sines	14 238	203		CC	Santiago do Cacém	1
		TOTAL	97 925	5 309				
	CI do ALTO ALENTEJO (15 MUNICÍPIOS)	Alter do Chão	3 562	362,07		CC	Isolado	2
		Arronches	3 165	314,65		CC	Isolado	2
		Avis	4 571	605,97		CC	Subsistema sem CR	3
		Campo Maior	8 456	247,2		CC	Elvas	4
		Castelo de Vide	3 407	264,91		CC	Isolado	2
		Crato	3 708	398,07		CC	Isolado	2
		Elvas	23 078	631,29	CR			4
		Fronteira	3 410	248,6		CC	Isolado	2
		Gavião	4 132	294,59		CC	Subsistema sem CR	3
		Marvão	3 512	154,9		CC	Portalegre	2
		Monforte	3 329	420,25		CC	Isolado	2
		Nisa	7 450	575,68		CC	Portalegre	2
		Ponte de Sor	16 722	839,71		CC	Subsistema sem CR	3
		Portalegre	24 930	447,14	CR			2
		Sousel	5 074	279,32		CC	Isolado	2
	TOTAL	118 506	6 084,4					
	CI do ALENTEJO CENTRAL (14 MUNICÍPIOS)	Alandroal	5 843	542,68		CC	Isolado	5
		Arraiolos	7 363	683,75		CC	Évora	5
		Borba	7 333	145,19		CC	Évora	5
		Estremoz	14 318	513,8		CC	Évora	5
		Évora	56 596	1 307,08	CR			5
		Montemor-o-Novo	17 437	1 232,97		CC	Évora	5
		Mora	4 978	443,95		CC	Isolado	5
		Mourão	2 663	278,63		CC	Isolado	5
		Portel	6 428	601,01		CC	Évora	5
		Redondo	7 031	369,51		CC	Évora	5
		Reguengos de Monsaraz	10 828	464		CC	Évora	5
		Vendas Novas	11 846	222,39		CC	Évora	5
		Viana do Alentejo	5 743	393,67		CC	Évora	5
		Vila Viçosa	8 319	194,86		CC	Évora	5
		TOTAL	166 726	7 393,5				
	CI do BAIXO ALENTEJO (13 MUNICÍPIOS)	Aljustrel	9 257	458,47		CC	Beja	6
		Almodôvar	7 449	777,88		CC	Beja	6
		Alvito	2 504	264,85		CC	Isolado	6
		Barrancos	1 834	168,42		CC	Isolado	6
		Beja	35 854	1 146,44	CR			6
		Castro Verde	7 276	569,44		CC	Beja	6
		Cuba	4 878	172,09		CC	Beja	6
		Ferreira do Alentejo	8 255	648,25		CC	Beja	6
		Mértola	7 274	1 292,87		CC	Isolado	6
		Moura	15 167	958,46		CC	Isolado	6
		Ourique	5 389	663,31		CC	Isolado	6
		Serpa	15 623	1 105,63		CC	Beja	6
		Vidigueira	5 932	316,61		CC	Beja	6
		TOTAL	126 692	8 542,7				
		CI da LEZÍRIA DO TEJO (11 MUNICÍPIOS)	Almeirim	23 376	222,12		CC	Santarém
	Alpiarça		7 702	95,36		CC	Santarém	7
	Azambuja		21 814	262,66		CC	Santarém	7
	Benavente		29 019	521,38		CC	Santarém	7
	Cartaxo		24 462	158,17		CC	Santarém	7
	Chamusca		10 120	746,01		CC	Santarém	7
	Coruche		19 944	1 115,72		CC	Santarém	7
	Golegã		5 465	84,32		CC	Isolado - Relação com Torres Novas - Centro	7
	Rio Maior		21 192	272,76		CC	Santarém	7
	Salvaterra de Magos		22 159	243,93		CC	Santarém	7
	Santarém		62 200	552,54	CR			7
	TOTAL		247 453	4 275,0				
5 NUTS III			58 MUNICÍPIOS	757 302	31 605			
23 NUTS III			278 MUNICÍPIOS	10 047 621	89 102			
			% da Alentejo	7,4	35,5			

**Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Final -**

Quadro 2 - Modelo Territorial PROT Alentejo & OVT

					Modelo Territorial PROT ALENTEJO					Eixo Urbano	
NUTS II	DESIGNAÇÃO	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO 2011	Km2	Centros Regionais	Centros Estruturantes	Outros Centros Complementares	Dependência do CR	Subsistema		
A L E N T E J O	CI do ALENTEJO LITORAL (5 MUNICÍPIOS)	Alcácer do Sal	13 046	1 499,87		CE		Santiago do Cacém	1		
		Grândola	14 826	825,94		CE		Santiago do Cacém	1		
		Odemira	26 066	1 720,60		CE		Santiago do Cacém	1		
		Santiago do Cacém	29 749	1 059,69	CR				1	*	
		Sines	14 238	203	CR			Santiago do Cacém	1		
		TOTAL	97 925	5 309	* Inclui St. André Como CR						
	CI do ALTO ALENTEJO (15 MUNICÍPIOS)	Alter do Chão	3 562	362,07			CC	Portalegre	2		
		Arronches	3 165	314,65			CC	Portalegre	2		
		Avis	4 571	605,97			CC	Subsistema sem CR	3		
		Campo Maior	8 456	247,2		CE		Elvas	4		
		Castelo de Vide	3 407	264,91			CC	Portalegre	2		
		Crato	3 708	398,07			CC	Portalegre	2		
		Elvas	23 078	631,29	CR				4		
		Fronteira	3 410	248,6			CC	Portalegre	2		
		Gavião	4 132	294,59			CC	Subsistema sem CR	3		
		Marvão	3 512	154,9			CC	Portalegre	2		
		Monforte	3 329	420,25			CC	Portalegre	2		
		Nisa	7 450	575,68		CE		Portalegre	2		
		Ponte de Sor	16 722	839,71		CE		Subsistema sem CR	3	* forte ligação a Abrantes Centro	
		Portalegre	24 930	447,14	CR				2		
		Sousel	5 074	279,32			CC	Évora - Portalegre ??	2		
		TOTAL	118 506	6 084,4							
	CI do ALENTEJO CENTRAL (14 MUNICÍPIOS)	Alandroal	5 843	542,68			CC	Évora - Estremoz	5		
		Arraiolos	7 363	683,75			CC	Évora	5		
		Borba	7 333	145,19			CC	Évora - Estremoz	5		
		Estremoz	14 318	513,8		CE		Évora	5		
		Évora	56 596	1 307,08	CR				5		
		Montemor-o-Novo	17 437	1 232,97		CE		Évora	5		
		Mora	4 978	443,95			CC	Évora	5		
		Mourão	2 663	278,63			CC	Évora - Reguengos	5		
		Portel	6 428	601,01			CC	Évora	5		
		Redondo	7 031	369,51			CC	Évora	5		
		Reguengos de Monsaraz	10 828	464		CE		Évora	5		
		Vendas Novas	11 846	222,39		CE		Évora	5		
		Viana do Alentejo	5 743	393,67			CC	Évora	5		
		Vila Viçosa	8 319	194,86			CC	Évora - Estremoz	5		
			TOTAL	166 726	7 393,5						
	CI do BAIXO ALENTEJO (13 MUNICÍPIOS)	Aljustrel	9 257	458,47		CE		Beja	6		
		Almodôvar	7 449	777,88			CC	Beja - Castro Verde	6		
		Alvito	2 504	264,85			CC	Beja	6		
		Barrancos	1 834	168,42			CC	Veja - Moura	6		
		Beja	35 854	1 146,44	CR				6		
		Castro Verde	7 276	569,44		CE		Beja	6		
		Cuba	4 878	172,09			CC	Beja	6		
		Ferreira do Alentejo	8 255	648,25			CC	Beja	6		
		Mértola	7 274	1 292,87			CC	Beja	6		
		Moura	15 167	958,46		CE		Beja	6		
		Ourique	5 389	663,31			CC	Beja - Castro Verde	6		
		Serpa	15 623	1 105,63		CE		Beja	6		
		Vidigueira	5 932	316,61			CC	Beja	6		
			TOTAL	126 692	8 542,7						
		CI da LEZÍRIA DO TEJO (11 MUNICÍPIOS) * PROT OVT	Almeirim	23 376	222,12			CC	Santarém	7	
	Alpiarça		7 702	95,36			CC	Santarém-Almeirim	7		
	Azambuja		21 814	262,66			CC	Santarém - Cartaxo	7		
	Benavente		29 019	521,38		CE		Santarém - Coruche	8		
	Cartaxo		24 462	158,17		CE		Santarém	7		
	Chamusca		10 120	746,01			CC	Santarém	7		
	Coruche		19 944	1 115,72		CE		Santarém	8		
	Golegã		5 465	84,32			CC	Isolado	7		
	Rio Maior		21 192	272,76		CE		Santarém	7		
	Salvaterra de Magos		22 159	243,93			CC	Isolado	8		
	Santarém		62 200	552,54	CR				7		
			TOTAL	247 453	4 275,0						
5 NUTS III			58 MUNICÍPIOS	757 302	31 605						
23 NUTS III			278 MUNICÍPIOS	10 047 621	89 102						
			% da Alentejo	7,4	35,5						

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral - Relatório Final -

Da leitura dos subsistemas urbanos do PNPOT (**Quadro 1**) e do PROT (**Quadro 2**), podemos concluir que:

- O nível PROT apresenta 3 níveis na hierarquia urbana: Centros Urbanos Regionais (**CUR**), Centros Urbanos Estruturantes (**CUE**) (que acrescem à nível PNPOT) e os Centros Urbanos Complementares (**CUC**);
- O nível PROT apresenta mais um subsistema urbano que o PNPOT (1 - CIMAL - Santiago do Cacém, 2 - CIMAA - Portalegre, 3 - CIMAA - **sem CUR**, 4 - CIMAA - Elvas, 5 - CIMAC - Évora, 6 - CIMBA - Beja, 7 - CIMLT - Santarém, 8 - Santarém/Isolados);
- O nível PROT acrescenta um CUR ao subsistema 1 - elevando Sines ao Nível de CUR atribuindo inclusivamente a categoria de CUR a um aglomerado que não é sede de Concelho (St. André);
- O nível PROT acrescenta 18 Centros Urbanos Estruturantes (CUE) e 6 Eixos Urbanos de articulação entre Centros Urbanos;
- O nível PROT, complementa os 5 Corredores de Polaridade do PNPOT com mais 5 Corredores Regionais, reforçando a coerência territorial;
- O Modelo Territorial do PNPOT apresenta 18 Centros Complementares Isolados (sem estruturação como os subsistemas urbanos), no PROT esta abordagem limita-se a 2 Centros no subsistema 8);
- O subsistema 3, que não tinha um Centro Regional (no PNPOT), ganha no PROT um Centro Estruturante em Ponte-Sor, embora deixe de ser considerado subsistema urbano;
- Existem alguns centros Urbanos, que quer no PROT quer nos PNPOT que têm relações mais intensas com subsistemas urbanos externos ao território;
- Odemira é o único Centro Urbano no Alentejo (e no País) que surge descontextualizado de qualquer subsistema territorial (embora se encontre articulado com Sines/Santiago/St André;

Neste contexto, o subsistema do nível PROT, densifica os níveis do PNPOT, tendo criado um nível intermédio de centros que pode ser relevante para a estruturar a entrega de políticas no território.

No contexto de reforço dos subsistemas, temos de encontrar forma de reafirmar os eixos urbanos e incrementar as articulações aos centros urbanos com ligações menos intensas ao sistema.

Temos de ter em conta que, neste modelo, incluímos todas as sedes de concelho do território do Alentejo (incluindo nesta leitura a Lezíria do Tejo). Pelo que implica olhar para os três níveis urbanos, com o racional adequado de modo a ajustar funções a cada um dos níveis de intervenção. Como refere o texto do PNPOT:

“Nos **centros urbanos regionais** temos de encontrar mecanismos de compromisso entre os objetivos de **competitividade e de coesão regional** que no caso dos SSIG, implica a estruturação de funções inovadoras ou de níveis de serviço avançados (em função da tipologia de SSIG a abordar), com responsabilidade de articulação com os centros do seu subsistema.

Neste contexto, assume particular destaque as **novas agendas digitais** e a coordenação de **sistemas inovadores de provisão**.

Nos **centros urbanos estruturantes** (de âmbito municipal ou supramunicipal), **temos de assegurar uma rede de suporte básico à organização do território**. Para além de **disponibilizarem um leque mínimo de serviços urbanos, os chamados serviços de interesse geral**, devem igualmente oferecer, em função da sua estratégia de especialização e internacionalização, **serviços de diferenciação que adicionem valor aos territórios**.

Nos **centros urbanos complementares**, sustentados **em mobilidades, interações e parcerias de base territorial devem** posicionar-se enquanto espaços de cidadania, de valorização de recursos, de quadros de vida e de integração territorial, nomeadamente nas dimensões interurbanas e rurais-urbanas, **devendo garantir uma distribuição de serviços e uma oferta de equipamentos que promova a polivalência e a complementaridade funcional bem como a equidade territorial**.

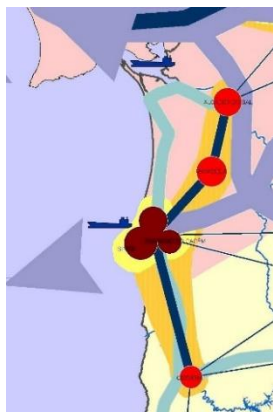
Plano de Ação Serviços de Interesse Geral - Relatório Final -

A oferta de serviços é fundamental para a qualidade de vida dos residentes e para a atracção/fixação de novos residentes, contribuindo para a sustentabilidade dos territórios, nomeadamente os de baixa densidade demográfica, económica e institucional. Nestes contextos espaciais é possível organizar a oferta de serviços em função da natureza da mobilidade a incrementar (o utente desloca-se ao serviço ou os serviços deslocam-se aos utentes) e das infraestruturas a mobilizar (através da mobilidade física ou digital)."

3.3. Abordagem à dinâmica demográfica da Estratégia Regional no contexto dos subsistemas urbanos e articulação com a programação dos SSIG

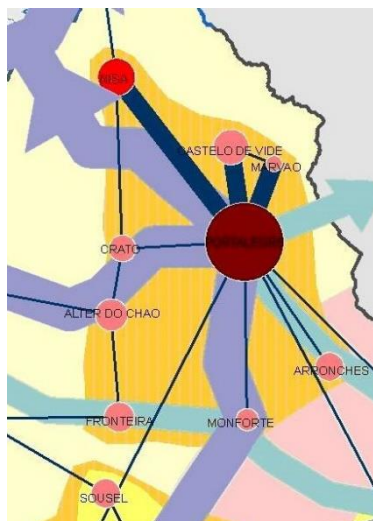
A Estratégia Regional Alentejo 2030, identifica como orientação que deve reforçar "a valorização dos subsistemas territoriais que se incluem **nas áreas de perda populacional inferior 15% em 2030**, potencialmente polarizadores dos serviços de interesse geral e de atividades de valorização do património cultural".

Nesse sentido, depois de assumido o proposto do modelo territorial, na lógica do PROT, importava calcular a variação da população entre 2011 e a projeção para 2030, por subsistema. A projeção de 2030, centrou-se no trabalho da CCDR Alentejo por NUTS III, extrapolando para cada concelho a mesma taxa de variação. Nesta dinâmica, considera-se os valores projetados pelo INE para 2019, de forma a identificar dinâmicas de desempenho.

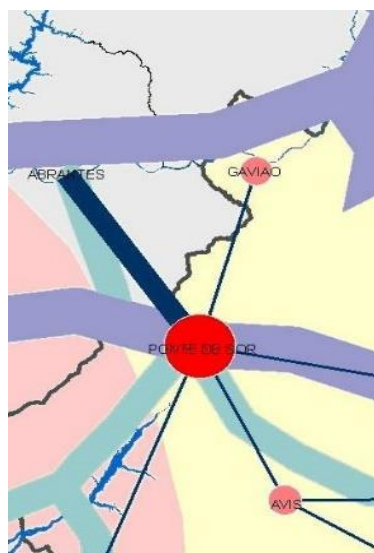


Concelhos	Classificação	Subsistema	2011	2019	2030 (CCDR)	Variação (%) 2011-19	Variação (%) 2019-30	Variação (%) 2011-30
Alcácer do Sal	CUE	1	13 046	11 659	12 120	-10,6	4,0	-7,1
Grândola	CUE	1	14 826	14 639	13 774	-1,3	-5,9	-7,1
Odemira	CUE	1	26 066	24 717	24 217	-5,2	-2,0	-7,1
Santiago do Cacém	CUR	1	29 749	28 791	27 638	-3,2	-4,0	-7,1
Sines	CUR	1	14 238	13 715	13 228	-3,7	-3,6	-7,1
			97 925	93 521	90 977	-4,5	-2,7	-7,1

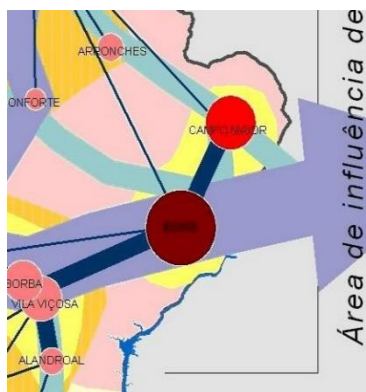
Plano de Ação Serviços de Interesse Geral - Relatório Final -



Concelhos	Classificação	Subsistema	2011	2019	2030 (CCDR)	Variação (%) 2011-19	Variação (%) 2019-30	Variação (%) 2011-30
Alter do Chão	CUC	2	3 562	3 165	3 057	-11,1	-3,4	-14,2
Arronches	CUC	2	3 165	2 820	2 716	-10,9	-3,7	-14,2
Castelo de Vide	CUC	2	3 407	2 919	2 924	-14,3	0,2	-14,2
Crato	CUC	2	3 708	3 129	3 182	-15,6	1,7	-14,2
Fronteira	CUC	2	3 410	2 974	2 926	-12,8	-1,6	-14,2
Marvão	CUC	2	3 512	3 005	3 014	-14,4	0,3	-14,2
Monforte	CUC	2	3 329	2 975	2 857	-10,6	-4,0	-14,2
Nisa	CUE	2	7 450	6 061	6 393	-18,6	5,5	-14,2
Portalegre	CUR	2	24 930	22 172	21 390	-11,1	-3,5	-14,2
Sousel	CUC	2	5 074	4 412	4 353	-13,0	-1,3	-14,2
			61 547	53 632	52 812	-12,9	-1,5	-14,2

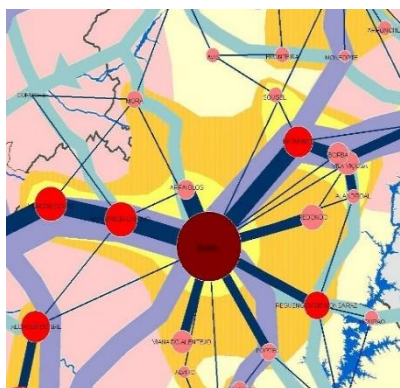


Concelhos	Classificação	Subsistema	2011	2019	2030 (CCDR)	Variação (%) 2011-19	Variação (%) 2019-30	Variação (%) 2011-30
Avis	CUC	3	4 571	4 247	3 923	-7,1	-7,6	-14,2
Gavião	CUC	3	4 132	3 263	3 546	-21,0	8,7	-14,2
Ponte de Sor	CUE	3	16 722	14 994	14 347	-10,3	-4,3	-14,2
			25 425	22 504	21 816	-11,5	-3,1	-14,2

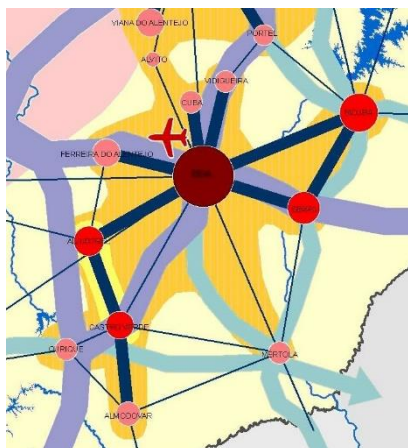


Concelhos	Classificação	Subsistema	2011	2019	2030 (CCDR)	Variação (%) 2011-19	Variação (%) 2019-30	Variação (%) 2011-30
Campo Maior	CUE	4	8 456	7 874	7 256	-6,9	-7,8	-14,2
Elvas	CUR	4	23 078	20 528	19 804	-11,0	-3,5	-14,2
			31 534	28 402	27 061	-9,9	-4,7	-14,2

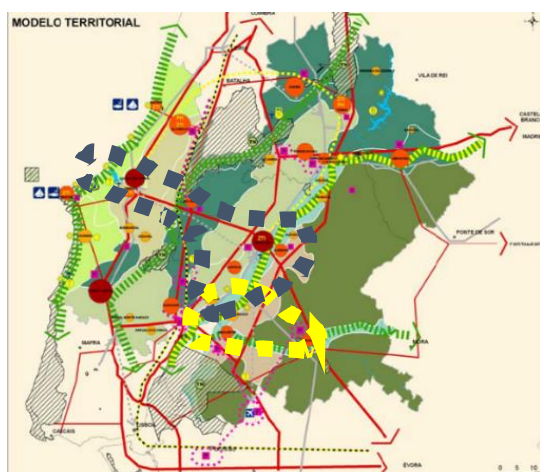
Plano de Ação Serviços de Interesse Geral - Relatório Final -



Concelhos	Classificação	Subsistema	2011	2019	2030 (CCDR)	Variação (%) 2011-19	Variação (%) 2019-30	Variação (%) 2011-30
Alandroal	CUC	5	5 843	4 992	5 192	-14,6	4,0	-11,1
Arraiolos	CUC	5	7 363	6 928	6 543	-5,9	-5,6	-11,1
Borba	CUC	5	7 333	6 736	6 516	-8,1	-3,3	-11,1
Estremoz	CUE	5	14 318	12 728	12 723	-11,1	0,0	-11,1
Évora	CUR	5	56 596	52 428	50 292	-7,4	-4,1	-11,1
Montemor-o-Novo	CUE	5	17 437	15 647	15 495	-10,3	-1,0	-11,1
Mora	CUC	5	4 978	4 138	4 424	-16,9	6,9	-11,1
Mourão	CUC	5	2 663	2 450	2 366	-8,0	-3,4	-11,1
Portel	CUC	5	6 428	5 828	5 712	-9,3	-2,0	-11,1
Redondo	CUC	5	7 031	6 353	6 248	-9,6	-1,7	-11,1
Reguengos de Monsaraz	CUE	5	10 828	10 015	9 622	-7,5	-3,9	-11,1
Vendas Novas	CUE	5	11 846	11 255	10 527	-5,0	-6,5	-11,1
Viana do Alentejo	CUC	5	5 743	5 145	5 103	-10,4	-0,8	-11,1
Vila Viçosa	CUC	5	8 319	7 656	7 392	-8,0	-3,4	-11,1
			166 726	152 299	148 156	-8,7	-2,7	-11,1



Concelhos	Classificação	Subsistema	2011	2019	2030 (CCDR)	Variação (%) 2011-19	Variação (%) 2019-30	Variação (%) 2011-30
Aljustrel	CUE	6	9 257	8 247	8 269	-10,9	0,3	-10,7
Almodôvar	CUC	6	7 449	6 725	6 654	-9,7	-1,1	-10,7
Alvito	CUC	6	2 504	2 477	2 237	-1,1	-9,7	-10,7
Barrancos	CUC	6	1 834	1 634	1 638	-10,9	0,3	-10,7
Beja	CUR	6	35 854	33 579	32 027	-6,3	-4,6	-10,7
Castro Verde	CUE	6	7 276	6 949	6 499	-4,5	-6,5	-10,7
Cuba	CUC	6	4 878	4 595	4 357	-5,8	-5,2	-10,7
Ferreira do Alentejo	CUC	6	8 255	7 845	7 374	-5,0	-6,0	-10,7
Mértola	CUC	6	7 274	6 142	6 498	-15,6	5,8	-10,7
Moura	CUE	6	15 167	13 718	13 548	-9,6	-1,2	-10,7
Ourique	CUC	6	5 389	4 607	4 814	-14,5	4,5	-10,7
Serpa	CUE	6	15 623	14 304	13 955	-8,4	-2,4	-10,7
Vidigueira	CUC	6	5 932	5 510	5 299	-7,1	-3,8	-10,7
			126 692	116 332	113 168	-8,2	-2,7	-10,7



Concelhos	Classificação	Subsistema	2011	2019	2030 (CCDR)	Variação (%) 2011-19	Variação (%) 2019-30	Variação (%) 2011-30
Almeirim	CUC	7	23 376	22 546	21 859	-3,6	-3,0	-6,5
Alpiarça	CUC	7	7 702	7 059	7 202	-8,3	2,0	-6,5
Azambuja	CUC	7	21 814	22 716	20 399	4,1	-10,2	-6,5
Cartaxo	CUE	7	24 462	23 843	22 875	-2,5	-4,1	-6,5
Chamusca	CUC	7	10 120	9 197	9 463	-9,1	2,9	-6,5
Golegã	CUC	7	5 465	5 339	5 110	-2,3	-4,3	-6,5
Rio Maior	CUE	7	21 192	20 379	19 817	-3,8	-2,8	-6,5
Santarém	CUR	7	62 200	57 421	58 164	-7,7	1,3	-6,5
			176 331	168 500	164 890	-4,4	-2,1	-6,5
Benavente	CUE	8	29 019	30 602	27 136	5,5	-11,3	-6,5
Coruche	CUE	8	19 944	17 471	18 650	-12,4	6,7	-6,5
Salvaterra de Magos	CUC	8	22 159	21 295	20 721	-3,9	-2,7	-6,5
			71 122	69 368	66 508	-2,5	-4,1	-6,5

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral - Relatório Final -

Da análise dos subsistemas, ficam algumas notas para consideração:

- Todos os subsistemas projetam quedas acentuadas de saldo populacional, projetando a variação global das NUTS de 2011-2030 uma quebra de 9,5%;
- Nenhum dos subsistemas tem quebras superiores a 15% pelo que, da orientação definida, não resulta discriminação negativa para nenhum subsistema. Não obstante, os subsistemas de Alto Alentejo (-14,2%), Alentejo Central (-11,1%) e Baixo Alentejo (-10,7%), apresentam vários concelhos onde se perspetivam quebras superiores a 15%;
- Analisando a dinâmica da hierarquia, e a tendência face a 2019 e às projeções de 2030 (com maior margem de subjetividade), constatamos que:
 - Apenas Benavente (CUE) e Azambuja (CUC) tinham acréscimo de população (ligeiro) entre 2011-2019; a projeção de 2030, também coloca estes centros em declínio;
 - Todos os CUR estão em perda, sendo que a perspetiva é que se acentue em 2030 (onde a maioria espera declínios superiores a 10% face a 2011);
 - Os CUE seguem a mesma tendência, embora com um ritmo menos acentuado (dos 18 CUE, só 7 tinham perdas superiores a 10% em 2011-2019 e a projeção indica que passam a ser 11 dos 18, em 2030);
 - Dos 33 CUC do território, entre 2011-2019, 15 tinham perdas populacionais superiores a 20%; a projeção para 2030 aponta que as variações negativas superiores a 10% em relação a 2011 acontecem em 27 centros.

Face a este desempenho do saldo demográfico, reforçam-se as preocupações quanto ao papel a desempenhar por estes centros em linha com a Estratégia Alentejo 2030 e com as reflexões do PNPOT.

A consolidação destes centros passa, como referido nos dois documentos, por consolidar serviços de qualidade e pela provisão de políticas (quer físicas, quer digitais) no âmbito dos SSIG, reforçando a coesão e criando condições para atraís novos residentes.

Em termos de grupos etários, de acordo com as projeções do INE trabalhadas pela CCDR Alentejo, podemos concluir que o reforço de população vai incidir nos segmentos de 60 e mais anos, e numa redução dos grupos dos 0 aos 65.

NUTS	0-3 anos			15 - 64 anos			65 e + anos			80 e + anos			População Total		
	2019	2030	var	2019	2030	var	2019	2030	var	2019	2030	var	2019	2030	var
Alentejo Litoral	2 858	2 843		57 438	53 187		24 774	27 430		8 525	9 064		93 521	90 977	
Alto Alentejo	2 911	2 896		63 907	59 177		28 706	31 783		11 056	11 755		104 538	101 695	
Alentejo Central	4 672	4 648		93 873	86 925		39 925	44 205		14 679	15 607		152 299	148 156	
Baixo Alentejo	3 832	3 812		72 182	66 839		29 028	32 140		9 947	10 576		116 332	113 168	
Lezíria do Tejo	7 123	7 086		149 757	138 673		57 620	63 797		18 087	19 230		237 868	231 398	
Alentejo	21 396	21 285	-0,5	437 157	404 801	-7,4	180 053	199 355	10,7	62 294	66 232	6,3	704 558	685 394	-2,7

Fonte: DSDR – CCDR Alentejo (INE)

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Final -

3.4. Balanço das intervenções nos SSIG Alentejo 2020 e perspectivas 2030

3.4.1. Infraestruturas escolares

O exercício de mapeamento das Infraestruturas Escolares do PO Alentejo 2014-2020 (de junho de 2015) definia como racional de prioridades as seguintes tipologias de intervenção:

- Reforço da capacidade de oferta integrada de educação pré-escolar e de ensino básico, através da criação de novos Centros Escolares, de modo a completar a rede e assegurar a universalidade da oferta, substituindo infraestruturas que se encontram em avançado estado de degradação ou funcionalmente desajustadas a práticas educativas atuais;
- Reabilitação e requalificação das instalações escolares (2º ciclo, 3º ciclo e ensino secundário) para ajustar capacidades e adequabilidade às efetivas necessidades, podendo pressupor o encerramento de escolas e de espaços inadequados para a prática educativa, no âmbito de processos de racionalização da rede e da necessidade de concentração de alunos e de recursos qualificados;
- Reabilitação e requalificação de estabelecimentos escolares que desde a sua construção, ou nas últimas duas décadas não foram objeto intervenções com vista à melhoria das suas condições funcionais e tecnológicas, ou que apresentam situações de degradação profunda;
- Realização de pequenas intervenções que visem a correção de problemas existentes ao nível das condições de habitabilidade e de conforto ambiental das escolas (tais como segurança, acessibilidade, temperatura, qualidade do ar, acústica, entre outras).

No contexto deste racional, e no âmbito da parceria entre as Comunidades Intermunicipais e o sector foram definidas as necessidades para a Região, incluindo as intervenções em infraestruturas e em equipamentos tendo-se previsto numa primeira fase 21 intervenções das 133 identificadas com condições para alinhar com o racional previsto.

O processo de implementação, redefiniu prioridades e ajustou valores. Os processos de reprogramação e as medidas em curso para o encerramento do programa, introduziram tensões e necessidade de flexibilidade à programação inicial. Assim, o POR Alentejo 2020, tem programado e contratualizado neste domínio com as NUTS III no âmbito dos PACTO, um valor de 65,4M€ de fundo (cerca de 30% do valor global do total PACTO), distribuído percentualmente da seguinte forma:

PI 10.05	Valor reprog.	% por NUTS III
Alentejo Litoral	9 908 827 €	15,2
Alto Alentejo	15 760 529 €	24,1
Alentejo Central	9 897 309 €	15,1
Baixo Alentejo	9 753 000 €	14,9
Lezíria do Tejo	20 078 180 €	30,7
TOTAL	65 397 845 €	100,0

Tendo em conta a informação apurada no **Quadro 3**, podemos extrair algumas reflexões:

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral

- Relatório Final -

- Os dados recebidos do sistema de informação da AG PO Alentejo e o desempenho das CIM (esta é uma medida contratualizada em Pacto), identificam uma intervenção em 70 equipamentos com um investimento total de cerca de 80 M€;
- Apenas cerca de 11% dos equipamentos existentes, foram alvo de algum tipo de intervenção (reequipamentos, requalificação, ampliação, novos equipamentos, ...) suportado nos fundos europeus. Esta temática tem sido alvo de intervenções ao longo do tempo, pelo que é natural que parte substancial do parque escolar, não se configurasse com prioridade eminente de intervenção;
- Não se estabelece qualquer nexo de causalidade de relação entre os investimentos aprovados no PT2020 e a hierarquia dos subsistemas urbanos e dos eixos urbanos. No caso dos CUR tivemos 17 intervenções (24% das intervenções, 2020) num universo 187 escolas, nos CUE tivemos 25 intervenções (36%) num parque instalado de 234 unidades, e os CUC, 28 intervenções (40%) num universo de 213;
- Apenas 11 dos 58 municípios não tiveram qualquer intervenção, sendo que apenas em 12 temos mais que uma intervenção;
- No conjunto dos equipamentos apoiados, temos uma dimensão significativa de estabelecimentos que detêm mais que um ciclo de estudos, não sendo possível um apuramento da informação sem duplicar ocorrências, mas 70% do investimento destinou-se aos Jardins de Infância e EB1,2. Neste quadro, temos já um conjunto de intervenções, embora ainda minoritário nos níveis EB2,3 (o que é normal, tendo em conta que estes não eram níveis descentralizados nos municípios);
- A melhor aproximação da relação das intervenções com o território, está ao nível da população por NUTS III:

PI 10.05	% pop 2019	% intev
Alentejo Litoral	13,3	11,4
Alto Alentejo	14,8	17,1
Alentejo Central	21,6	35,7
Baixo Alentejo	16,5	21,4
Lezíria do Tejo	33,8	14,3
TOTAL	100,0	100,0

3.4.2. Perspetivas 2030 – Infraestruturas Escolares

- Este domínio dos SSIG, é o único que não tem previsão de intervenção no PRR (versão abril de 2021), para a estruturação da rede (embora parte da dimensão digital esteja prevista no Plano), pelo que é de contar uma mobilização significativa em sede de POR e dos futuros Pactos. A dimensão de Residências Estudantis, delegada nos Municípios, está também prevista em PRR, necessitando de articulação e complementaridade de respostas;
- A descentralização de competências alargadas neste domínio para os municípios, faz com que uma parte significativa do universo de equipamentos não financiados no PT 2020 (EB23 e Secundário) podem ter elevadas expectativas de intervenção no PT 2030;
- Os recursos previsíveis para a intervenção do OP5 neste domínio, vão eventualmente obrigar a escolhas racionais, pelo que a eventual estruturação dos agrupamentos com a lógica de intervenção com os subsistemas urbanos **deve ser ponderada em conjunto com o setor**, assim como equacionar a provisão de **nova geração de equipamentos (abordagens inovadoras ao conceito) nos CUR**;

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Final -

- A pandemia, colocou em evidência a importância de equacionar a dimensão infraestrutural do plano digital da educação;
- As questões demográficas, obrigam a equacionar a ajustamento das capacidades de resposta da rede, equacionando o papel que estes equipamentos podem assumir no contexto das políticas de coesão e das respostas de proximidade à população;
- As projeções para 2030, apresentarão ainda dinâmica positiva no grupo etário dos estudantes, pelo que a projeção de equipamentos deve ser ajustada com o setor e os municípios com maior dinâmica

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral - Relatório Final -

		Modelo Territorial PROT ALENTEJO			Eixo Urbano	Diagnóstico 2020 * CCDR Alentejo														Escolas Apoiadas	
DESIGNAÇÃO	MUNICÍPIOS	Centros Regionais	Centros Estruturantes	Outros Centros Complementares		Pré-escolar JI	Pré/ JI+EB1	JI+EB1+Sec	EB1	EB1,2	EB2	EB1,2,3	EB2+3	EB2/3+Sec	Sec	Espec.	outras		Nº Escolas Apoiadas	Montante Invst_Tot	
CI do ALENTEJO LITORAL (5 MUNICÍPIOS)	Alcácer do Sal		CE			1	2		4		1		1	1				10	1	1 288 833 €	
	Grândola		CE			2	6		2				1	1		1		13	1	3 297 436 €	
	Odemira		CE			10	8		8				3		1			30	2	2 514 107 €	
	Santiago do Cacém	CR			*	3	9		9	1	1			2		2		27	3	2 375 264 €	
	Sines	CR					4						1	1				6	1	666 029 €	
	TOTAL	2	3	0		16	29	0	23	1	2	0	6	5	1	3	0	86	8	10 141 669 €	
CI do ALTO ALENTEJO (15 MUNICÍPIOS)	Alter do Chão			CC		1	1								1			4	0		
	Arronches			CC		1		1										2	0		
	Avis			CC		1	3		1				1					6	1	75 359 €	
	Campo Maior		CE					1						1				2	0		
	Castelo de Vide			CC		1	1						1					3	1	1 179 594 €	
	Crato			CC			1											1	1	65 110 €	
	Elvas	CR				4	8		3				2		1			18	1	7 743 872 €	
	Fronteira			CC			2											2	1	158 544 €	
	Gavião			CC		1	1	1										3	0		
	Marvão			CC			2											2	1	1 833 800 €	
	Monforte			CC		3	1		3				1					8	1	4 590 570 €	
	Nisa		CE			2		1										3	0		
	Ponte de Sor		CE		* forte ligação a Abrantes Centro	2	5		4					1				12	1	28 887 €	
	Portalegre	CR				2	9		1		1	1		2				16	4	2 360 025 €	
	Sousel			CC		1	2	1	1									5	0		
TOTAL	2	3	10		19	36	5	13	0	1	1	5	5	1	1	0	87	12	18 035 763 €		
CI do ALENTEJO CENTRAL (14 MUNICÍPIOS)	Alandroal			CC		1	2		1									4	1	379 270 €	
	Arraiolos			CC		2	1		3					1				7	1	30 087 €	
	Borba			CC		1	2											3	1	75 359 €	
	Estremoz		CE			1	7		2				2	1				13	1	76 944 €	
	Évora	CR				11	4		18				3			1		37	6	13 908 035 €	
	Montemor-o-Novo		CE			1	7		5				1	1				15	4	12 592 293 €	
	Mora			CC		2	2		1					1				6	2	45 834 €	
	Mourão			CC		1	2		1									4	1	157 786 €	
	Portel			CC		1	4							1				6	1	1 605 742 €	
	Redondo			CC			1	1										2	0		
	Reguengos de Monsaraz		CE			2	5		1				1	1				10	4	300 000 €	
	Vendas Novas		CE			2	1		2				1	1				7	2	246 573 €	
	Viana do Alentejo			CC		1	2		1					1				5	1	2 153 407 €	
	Vila Viçosa			CC		4			4		1			1				10	0		
TOTAL	1	4	9		30	40	1	39	0	1	0	8	9	0	1	0	129	25	31 571 331 €		
CI do BAIXO ALENTEJO (13 MUNICÍPIOS)	Aljustrel		CE				5						1	1				7	1	1 439 965 €	
	Almodôvar			CC		1	3		2					1				7	1	180 000 €	
	Alvito			CC		1	1											2	1	80 120 €	
	Barrancos			CC		1			1									2	0		
	Beja	CR					13		1					2		1		17	1	201 182 €	
	Castro Verde		CE			1	3		1				1	1				7	0		
	Cuba			CC		3	1		2									6	1	140 765 €	
	Ferreira do Alentejo			CC		3	3		3					1				10	3	7 100 376 €	
	Mértola			CC		1	5		1					1				8	1	363 886 €	
	Moura		CE			5	4		6				1	1				17	2	292 424 €	
	Ourique			CC		2	2		1					1				6	1	143 985 €	
	Serpa		CE			1	5		3				1	1		2		13	2	349 629 €	
	Vidigueira			CC			4											4	1	667 395 €	
TOTAL	1	4	8		19	49	0	21	0	0	0	4	10	0	3	0	106	15	10 959 727 €		
CI da LEZIRIA DO TETO (11 MUNICÍPIOS) * PROT OVT	Almeirim			CC		8	3		5				2	1		1	1	21	2	648 989 €	
	Alpiarça			CC		3	1		2									7	0	-00 €	
	Azambuja			CC		9	2		6				2	1			1	23	1	513 637 €	
	Benavente		CE			8	5		5				2	2		1	1	24	1	376 234 €	
	Cartaxo		CE			6	2		8			1	1	1			1	20	1	1 551 356 €	
	Chamusca			CC		7	1		5					1				14	1	2 500 000 €	
	Coruche		CE			7	3		6				1	1		1		19	1	562 191 €	
	Golegã			CC		2	1		1					1				5	0	-00 €	
	Rio Maior		CE			1	7					1		1		1	1	12	1	235 000 €	
	Salvaterra de Magos			CC		6	3		3				1	1			1	15	1	2 266 952 €	
	Santarém	CR				14	25		11				5	2		7	2	66	1	675 659 €	
	TOTAL	1	4	6		71	53	0	52	0	0	4	13	13	0	12	8	226	10	9 330 018 €	
5 NUTS III 58 MUNICÍPIOS		7	18	33		155	207	6	148	1	4	5	36	42	2	20	8	634	70	80 038 508 €	

3.4.3. Infraestruturas de Saúde

O exercício de mapeamento da saúde do PO Alentejo 2014-2020 (junho 2015) definia como racional de prioridades as seguintes tipologias de intervenção:

- Qualificação e consolidação da rede de infraestruturas e equipamentos de saúde no âmbito dos cuidados hospitalares, nomeadamente a expansão de áreas de ambulatório e a reorganização das áreas de internamento, onde os cuidados críticos serão a área mais relevante, bem como o reforço da diferenciação e da complementaridade de serviços;
- Qualificação e consolidação da rede de infraestruturas e equipamentos de saúde no âmbito dos cuidados primários, nomeadamente na adaptabilidade e adequabilidade das infraestruturas a um modelo de cuidados prestados por equipas multidisciplinares;
- Sistemas de informação integrados que visem melhorar a qualidade dos serviços de saúde no sentido de circulação da informação sobre o doente entre as diversas unidades de saúde e a qualidade dos sistemas de informação das entidades;
- Viaturas devidamente equipadas para garantir serviços de proximidade, nomeadamente unidades móveis de Saúde, unidades móveis de intervenção precoce, unidades de emergência médica, unidades de apoio domiciliário;
- Aquisição de equipamentos e novas tecnologias que permitam a prevenção, o diagnóstico e o tratamento;
- Serviços de telemedicina.

No contexto deste racional, e no âmbito da parceria entre as Comunidades Intermunicipais e o sector, foram definidas as necessidades para a Região, incluindo as intervenções em infraestruturas e em equipamentos tendo-se previsto numa primeira fase 147 intervenções, identificando 60 intervenções como prioridade.

O processo de implementação, redefiniu prioridades e ajustou intervenções, mas sobretudo, este último ano de pandemia, carregou para primeiro plano alguns destes investimentos e a identificação de outras lacunas. Os processos de reprogramação e as medidas em curso para o encerramento do Programa, por certo introduziram tensões a esta programação inicial.

O processo de implementação, redefiniu prioridades e ajustou valores. Os processos de reprogramação e as medidas em curso para o encerramento do Programa, introduziram tensões e necessidade de flexibilidade à programação inicial. Assim, o POR Alentejo 2020, tem programado neste domínio um valor de **104 M€ de fundo** (envolvendo saúde e social na esfera da AG), não tendo a saúde sido incluída na negociação PACTO (esta era um competência à data fora da esfera municipal).

A informação apurada no **Quadro 4** (com origem no sistema PT 2020), permite concluir que:

- Tivemos intervenções em 30 operações, representando um investimento total de cerca de 247 M€;
- 39 dos 58 municípios não tiveram intervenções, dos quais 5 tiveram mais que uma intervenção;
- No caso dos investimentos em saúde, encontramos relação com a hierarquia urbana, muito por via dos investimentos nos equipamentos hospitalares a par das intervenções nos cuidados primários. No caso dos CUR, tivemos 17 intervenções (57% das intervenções 2020), nos CUE tivemos 4 intervenções (13%), e nos CUC, 4 intervenções (13%). No entanto, a estes níveis de CUE e CUC, temos ainda de associar 5 intervenções multimunicipais com abordagens complementares;
- A hierarquia dos CUR revela-se aqui por natureza das respostas, no peso das intervenções nas respostas hospitalares (30% das intervenções, com um volume muito significativo do investimento mobilizado);

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Preliminar -

- Neste caso, a ligação com a dimensão demográfica NUTS III é menos evidente, muito por efeito das respostas hospitalares:

PI 09.07	% pop 2019	% intev
Alentejo Litoral	13,3	16,7
Alto Alentejo	14,8	23,3
Alentejo Central	21,6	13,3
Baixo Alentejo	16,5	30,0
Lezíria do Tejo	33,8	16,7
TOTAL	100,0	100,0

- O balanço dos beneficiários é muito positivo em relação ao processo e à relação com a AG (circuitos internos, balcão único e circuito financeiro) , sem deixar de criticar o peso dos mecanismos de contratação pública, e os “custos de transação”, do ciclo de vida do projeto (maturidade, tramitação, falta de programação setorial, dificuldades orçamentais, relações coma tutela, concursos de empreitada, ...);
- Do ponto de vista operativo, critica-se a rigidez dos mapeamentos e as limitações decorrentes para o ajustamento à dinâmica da procura, e identifica-se a necessidade de abrir a elegibilidade a outras tipologias e respostas e alargar os beneficiários à esfera municipal;
- Considera-se que a elegibilidade de infraestruturas e reequipamento foi estruturante para a resposta das políticas de saúde e para a cobertura territorial dos das políticas, com grande melhoria a qualidade de serviço “...melhor evidência científica da avaliação do doente; Redução de tempos de recuperação; Aumento de doentes tratados; Redução de custos”.
A manifestação de desvios à programação, é reduzida e prende-se com questões do ciclo de vida do projeto (operacionalização, incapacidade orçamental, insuficiência de recursos humanos e ausência de maturidade de projetos) e de alteração pontual de prioridades;
- Apenas é identificada a transição de dois Centros de Saúde (Chamusca e Mora, ainda sem execução) com financiamento em 2020 para o próximo período de programação.

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Preliminar -

Quadro 4 - Investimentos em Infraestruturas de Saúde PT2020

DESIGNAÇÃO	MUNICÍPIOS	Centros Regionais	Centros Estruturantes	Outros Centros Complementares	EQUIPAMENTOS DE SAÚDE			Intervenções Apoiadas	
					Cuidados de Saúde Primários	Cuidados Saúde Hospitalar	TOTAL	Nº intervenções Apoiadas	Montante Invst_Tot
CI do ALENTEJO LITORAL (5 MUNICÍPIOS)	Alcácer do Sal		CE		1	0	1	1	251 438 €
	Grândola		CE		0	0	0	0	0 €
	Odemira		CE		0	0	0	0	0 €
	Santiago do Cacém	CR			1	1	2	2	8 766 273 €
	Sines	CR			1	0	1	1	1 966 361 €
	Vários Concelhos				1	0	1	1	2 107 432 €
	TOTAL	2	3	0	4	1	5	5	13 091 503 €
CI do ALTO ALENTEJO (15 MUNICÍPIOS)	Alter do Chão			CC	0	0	0	0	0 €
	Arronches			CC	0	0	0	0	0 €
	Avis			CC	0	0	0	0	0 €
	Campo Maior		CE		0	0	0	0	0 €
	Castelo de Vide			CC	0	0	0	0	0 €
	Crato			CC	1	0	1	1	876 144 €
	Elvas	CR			0	0	0	0	0 €
	Fronteira			CC	0	0	0	0	0 €
	Gavião			CC	0	0	0	0	0 €
	Marvão			CC	0	0	0	0	0 €
	Monforte			CC	0	0	0	0	0 €
	Nisa		CE		1	0	1	1	1 413 620 €
	Ponte de Sor		CE		0	0	0	0	0 €
	Portalegre	CR			1	3	4	4	8 438 174 €
	Sousel			CC	0	0	0	0	0 €
	TOTAL	2	3	10	4	3	7	7	16 901 414 €
CI do ALENTEJO CENTRAL (14 MUNICÍPIOS)	Alandroal			CC	0	0	0	0	0 €
	Arraiolos			CC	0	0	0	0	0 €
	Borba			CC	0	0	0	0	0 €
	Estremoz		CE		0	0	0	0	0 €
	Évora	CR			0	3	3	3	196 307 334 €
	Montemor-o-Novo		CE		0	0	0	0	0 €
	Mora			CC	0	0	0	0	0 €
	Mourão			CC	0	0	0	0	0 €
	Portel			CC	0	0	0	0	0 €
	Redondo			CC	0	0	0	0	0 €
	Reguengos de Monsaraz		CE		0	0	0	0	0 €
	Vendas Novas		CE		0	0	0	0	0 €
	Viana do Alentejo			CC	0	0	0	0	0 €
	Vila Viçosa			CC	0	0	0	0	0 €
	TOTAL	1	4	9	1	3	4	4	197 168 334 €
CI do BAIXO ALENTEJO (13 MUNICÍPIOS)	Aljustrel		CE		1	0	1	1	174 884 €
	Almodôvar			CC	0	0	0	0	0 €
	Alvito			CC	0	0	0	0	0 €
	Barrancos			CC	0	0	0	0	0 €
	Beja	CR			5	0	5	5	6 417 975 €
	Castro Verde		CE		0	0	0	0	0 €
	Cuba			CC	0	0	0	0	0 €
	Ferreira do Alentejo			CC	0	0	0	0	0 €
	Mértola			CC	1	0	1	1	348 554 €
	Moura		CE		0	0	0	0	0 €
	Ourique			CC	0	0	0	0	0 €
	Serpa		CE		0	0	0	0	0 €
	Vidigueira			CC	1	0	1	1	1 689 680 €
	TOTAL	1	4	8	9	0	9	9	10 496 883 €
CI da LEZÍRIA DO TEJO (11 MUNICÍPIOS) * PROT OVT	Almeirim			CC	0	0	0	0	0 €
	Alpiarça			CC	0	0	0	0	0 €
	Azambuja			CC	0	0	0	0	0 €
	Benavente		CE		1	0	1	1	796 089 €
	Cartaxo		CE		0	0	0	0	0 €
	Chamusca			CC	1	0	1	1	1 625 477 €
	Coruche		CE		0	0	0	0	0 €
	Golegã			CC	0	0	0	0	0 €
	Rio Maior		CE		0	0	0	0	0 €
	Salvaterra de Magos			CC	0	0	0	0	0 €
	Santarém	CR			0	2	2	2	6 331 389 €
	Vários Concelhos				1	0	1	1	986 733 €
	TOTAL	1	4	6	3	2	5	5	9 739 688 €
5 NUTS III	TOTAL	7	18	33	21	9	30	30	247 397 822 €
					Tipo de intervenção:				
(*) Centro saúde de Reguengos + centro saúde Vendas Novas					Infraestrutura				
(**) Centro Saúde Ourique + Centro Saúde Aljustrel					Equipamento				
Intervenção transitada para 2030					Mista				

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Preliminar -

3.4.4. Perspetivas 2030 – Infraestruturas de Saúde

- Apesar da delegação de competências nestas áreas nos municípios, atribuindo responsabilidades no “... planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção”, este domínio de intervenção foi incluído no PRR (incluindo novas formas de provisão digital e móvel). Esta decisão influencia temporalmente a intervenção do POR neste domínio, e pode forçar à imposição de “mapeamentos” para garantir ausência de duplo financiamento;
- Na recolha de informações junto das Administrações Regionais de Saúde (Alentejo e LVT) identificaram-se 9 intervenções no PRR num valor previsto de 6M€, mas não temos garantia que a lista se esgote nestes investimentos, até porque algumas ARS e ULS identificam inserção de projetos no PRR mas não os listam (ex. ARSLVT), deixando em aberto a revisão do exercício em fase de consolidação da “lista” PRR;

Identificação das intervenções previstas no período 2014 - 2020 (Indicar localização)	Tipologias	Valor Total do investimento Previsto	Observações (explicitar se a nova intervenção para o próximo período de prog é construção nova (CN), reconversão (REC)/remodelação(REM) ou conservação(CONS))ou outro
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALENTEJO			
Outras infraestruturas de saúde	Cuidados de saúde primários	2 000 000,00 €	Não estando especificadas podem estar previstas no PRR
Implementação de Sistemas de Informação	Outros (indique quais)	750 000,00 €	Investimento previsto no PRR
Construção da Extensão de Saúde de Pias - Alandroal	Cuidados de saúde primários	200 000,00 €	Investimento previsto no PRR
Conservação e manutenção do centro de saúde de Viana do Alentejo e suas extensões	Cuidados de saúde primários	500 000,00 €	Investimento previsto no PRR
Aquisição de uma unidade móvel para Vendas Novas	Unidades móveis	85 000,00 €	Investimento previsto no PRR
Aquisição de uma unidade móvel para Estremoz	Unidades móveis	85 000,00 €	Investimento previsto no PRR
Remodelação/requalificação das extensões de saúde do CS de Estremoz	Cuidados de saúde primários	150 000,00 €	Investimento previsto no PRR
Intervenções nas extensões de saúde de S. Cristovão, Cabrela, Foros de Vale Figueira, Santiago do Escoural, Silveiras, Lavre, Cortiçadas de Lavre e Cabrela (CS Montemor-o-Novo)	Cuidados de saúde primários	500 000,00 €	Investimento previsto no PRR
Construção da nova Extensão de Saúde de Monsaraz	Cuidados de saúde primários	200 000,00 €	Investimento previsto no PRR
		6 020 000,00 €	

- Nesta recolha de necessidades de investimento para 2030, são identificadas 37 operações (incluindo as que transitam de 2020), com investimentos previstos na ordem dos 122M€. Na listagem identificada, coexistem 17 intervenções nos Cuidados Primários a par das respostas hospitalares;
- As apostas têm um caráter de fecho de redes e reequipamento; ainda não é particularmente visível a preocupação com novas formas de provisão (não significando que não se incluam algumas destas dimensões nos investimentos previstos);
- Será fundamental para a coerência da programação, que se estabilize a fronteira de programação e temporal para estas intervenções. Em confronto está o apoio a cuidados primários com intervenções em PRR e POR, em simultâneo, para além das intervenções nas respostas hospitalares (POR), ou a intervenção desfasada entre POR e PRR (pós 2026), realidade que a programação deve ter em conta;
- As expectativas de novas formas de provisão, não estão consolidadas, mas identificam-se já dimensões que podem ajudar à definição do racional:
 - Reforço dos serviços de proximidade (com incremento das soluções móveis);
 - Prestação de cuidados de saúde diferenciados- promoção e prevenção da saúde;
 - Resposta mais alargada e autossuficiente nos cuidados de saúde primários;
 - Incremento do uso da telemedicina e aposta na digitalização dos dados da saúde;
 - Reforma de modelos organizacionais de governação clínica e de reengenharia de processos;
 - Alargamento da oferta de cuidados de saúde primários, meios de diagnóstico e terapêutica;
 - Oferta de novas respostas nas ULS (ex. nutrição e apoio psicológico).

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral - Relatório Preliminar -

Identificação das intervenções previstas para o período 2021 - 2027	Tipologia	Localização	Prioridade (1, 2, 3 ...)	Valor Total do investimento Previsto
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALENTEJO				
Clinica de alta resolução para realização de exames complementares de diagnóstico (ex: Rx convencional, TAC, Ecografia, Endoscopia)	Cuidados de saúde primários	Évora	1	1 500 000,00 €
Laboratório de Saúde Pública: expansão para suporte da realização de análises clínicas do ACES Alentejo Central	Cuidados de saúde primários	Évora	1	300 000,00 €
Unidade de gestão e operacionalização dos rastreios oncológicos, retinopatia diabética e rastreio visual e infantil	Cuidados de saúde primários	Évora	1	300 000,00 €
Rastreio/exames complementares de diagnóstico na área da Cardiopneumologia (ex: Holter, MAPA, Prova de esforço, espirometrias)	Cuidados de saúde primários	Évora	1	100 000,00 €
Centro de fisioterapia e reabilitação cardíaca	Cuidados de saúde primários	Évora	2	300 000,00 €
Centro de telemedicina	Outros (indique quais)	Évora	2	150 000,00 €
Construção do novo Centro de Saúde de Mora	Cuidados de saúde primários	Mora	1	2 100 000,00 €
Reengenharia de Processos e Reorganização dos espaços dos Hospital Doutor José Maria Grande de Portalegre	Cuidados de Saúde Hospitalar	Portalegre	1	40 000 000,00 €
Eficiência Energética	Cuidados de Saúde Hospitalar	Distrito de Portalegre	1	1 200 000,00 €
Unidade de Hospitalização Domiciliária	Cuidados de Saúde Hospitalar	Portalegre/Elvas	1	300 000,00 €
ULSNA Digital	Cuidados de Saúde Hospitalar	Distrito de Portalegre	1	4 000 000,00 €
Equipamentos Médicos de Tecnologia Avançada	Cuidados de Saúde Hospitalar	Portalegre/Elvas	2	3 000 000,00 €
Melhoria de infraestruturas dos Cuidados de Saúde Primários	USCP (Unidades de cuidados de sa	Distrito de Portalegre	2	6 000 000,00 €
Centro de Excelência de Tratamento de Feridas	Cuidados de Saúde Hospitalar	Portalegre	2	200 000,00 €
Unidade de Exames Especiais	Cuidados de Saúde Hospitalar	Portalegre	3	200 000,00 €
Diferenciação e Modernização de Equipamentos Médicos	Cuidados de Saúde Hospitalar	Distrito de Portalegre	3	1 500 000,00 €
Rebotização na Preparação de Citotóxicos	Cuidados de Saúde Hospitalar	Portalegre	3	1 000 000,00 €
Construção do novo Hospital de Santa Luzia de Elvas	Cuidados de Saúde Hospitalar	Elvas	4	15 000 000,00 €
Construção do BLOCO II - Bloco de ambulatório	Cuidados de Saúde Hospitalar	Santiago do Cacem HLA	1	4 500 000,00 €
Aumento Bloco Operatório - +1 sala	Cuidados de Saúde Hospitalar	Santiago do Cacem HLA	1	1 000 000,00 €
Novo espaço Hidroterapia	Cuidados de Saúde Hospitalar	Santiago do Cacem HLA	2	500 000,00 €
Expansão de Pólos de Saúde	Cuidados de saúde primários	Litoral Alentejano	2	1 000 000,00 €
Reformulação áreas administrativas	Cuidados de Saúde Hospitalar	Santiago do Cacem HLA	3	500 000,00 €
2.ª fase do HJF - Construção do Corpo G	Cuidados de Saúde Hospitalar	Hospital de Beja	5	30 000 000,00 €
Construção de Bloco de Partos - Beja	Cuidados de Saúde Hospitalar	Hospital de Beja	5	200 000,00 €
Ampliação da Unidade de Endoscopia	Cuidados de Saúde Hospitalar	Hospital de Beja	4	700 000,00 €
Pintura de edifícios diversos	Cuidados de Saúde Hospitalar	Hospital de Beja	2	310 000,00 €
Requalificação do pavimento de circulação exterior	Cuidados de Saúde Hospitalar	Hospital de Beja	3	212 000,00 €
Requalificação e substituição de equipamentos (coz	Cuidados de Saúde Hospitalar	Hospital de Beja	4	300 000,00 €
Requalificação de edifício de Centro de Saúde	Cuidados de saúde primários	Moura	3	150 000,00 €
Pintura de edifícios diversos	Cuidados de saúde primários	Área influência ULSBA	3	66 000,00 €
Equipamento de Radiologia Convencional	Cuidados de saúde primários	Mértola	3	250 000,00 €
Requalificação de edifício de Centro de Saúde	Cuidados de saúde primários	Ferreira Alentejo	3	96 000,00 €
TOTAL				116 934 000,00 €
ARSLVT - Saúde - Intervenções Previstas para 2021 - 2027				
Identificação das intervenções previstas para o período 2021 - 2027	Tipologia	Localização	Prioridade (1, 2, 3 ...)	Valor Total do investimento Previsto
Construção da US Marinhas	Cuidados de saúde primários	Marinhas - Salvaterra de Mag	1	900 000,00
Requalificação de espaços no ACES Lezíria em 23 US	Cuidados de saúde primários	Lezíria do Tejo	1	1 750 000,00
Equipar e modernizar US com AVAC no ACES Lezíria em 12 US	Cuidados de saúde primários	Lezíria do Tejo	1	1 200 000,00
	Cuidados de saúde primários	Chamusca	1	1 625 477,00
TOTAL				5 475 477,00
TOTAL ALENTEJO	37 intervenções			122 409 477,00 €
Projetos que Transitaram de 2020				

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Preliminar -

					Intervenções previstas 2020 - 2027			
					EQUIPAMENTOS DE SAÚDE			
					Cuidados de Saúde Primários	Cuidados Saúde Hospitalar	TOTAL	Montante Invst_Tot
DESIGNAÇÃO	MUNICÍPIOS	Centros Regionais	Centros Estruturantes	Outros Centros Complementares				
CI do ALENTEJO LITORAL (5 MUNICÍPIOS)	Alcácer do Sal		CE		0	0	0	
	Grândola		CE		0	0	0	
	Odemira		CE		0	0	0	
	Santiago do Cacém	CR			0	4	4	6 500 000,00
	Sines	CR			0	0	0	
	Vários Concelhos				2	0	2	1 066 000,00
	TOTAL	2	3	0	2	4	6	7 566 000,00
CI do ALTO ALENTEJO (15 MUNICÍPIOS)	Alter do Chão			CC	0	0	0	
	Arronches			CC	0	0	0	
	Avis			CC	0	0	0	
	Campo Maior		CE		0	0	0	
	Castelo de Vide			CC	0	0	0	
	Crato			CC	0	0	0	
	Elvas	CR			0	3	3	18 300 000,00
	Fronteira			CC	0	0	0	
	Gavião			CC	0	0	0	
	Marvão			CC	0	0	0	
	Monforte			CC	0	0	0	
	Nisa		CE		0	0	0	
	Ponte de Sor		CE		0	0	0	
	Portalegre	CR			1	7	8	54 100 000,00
	Sousel			CC		0	0	
	TOTAL	2	3	10	1	10	11	72 400 000,00
CI do ALENTEJO CENTRAL (14 MUNICÍPIOS)	Alandroal			CC	0	0	0	
	Arraiolos			CC	0	0	0	
	Borba			CC	0	0	0	
	Estremoz		CE		0	0	0	
	Évora	CR			6	0	6	2 650 000,00
	Montemor-o-Novo		CE		0	0	0	
	Mora			CC	1	0	1	2 100 000,00
	Mourão			CC	0	0	0	
	Portel			CC	0	0	0	
	Redondo			CC	0	0	0	
	Reguengos de Monsaraz		CE		0	0	0	
	Vendas Novas		CE		0	0	0	
	Viana do Alentejo			CC	0	0	0	
	TOTAL	1	4	9	7	0	7	4 750 000,00
CI do BAIXO ALENTEJO (13 MUNICÍPIOS)	Aljustrel		CE		0	0	0	
	Almodôvar			CC	0	0	0	
	Alvito			CC	0	0	0	
	Barrancos			CC	0	0	0	
	Beja	CR			0	6	6	31 722 000,00
	Castro Verde		CE		0	0	0	
	Cuba			CC	0	0	0	
	Ferreira do Alentejo			CC	1	0	1	96 000,00
	Mértola			CC	1	0	1	250 000,00
	Moura		CE		1	0	1	150 000,00
	Ourique			CC	0	0	0	
	Serpa		CE		0	0	0	
	Vidigueira			CC	0	0	0	
	TOTAL	1	4	8	3	6	9	32 218 000,00
CI da LEZÍRIA DO TEJO (11 MUNICÍPIOS) * PROT OVT	Almeirim			CC	0	0	0	
	Alpiarça			CC	0	0	0	
	Azambuja			CC	0	0	0	
	Benavente		CE		0	0	0	
	Cartaxo		CE		0	0	0	
	Chamusca			CC	1	0	1	1 625 477,00
	Coruche		CE		0	0	0	
	Golegã			CC	0	0	0	
	Rio Maior		CE		0	0	0	
	Salvaterra de Magos			CC	1	0	1	900 000,00
	Santarém	CR			0	0	0	
	Vários Concelhos				2	0	2	2 950 000,00
	TOTAL				4	0	4	5 475 477,00
5 NUTS III	TOTAL	1	4	6	17	20	37	122 409 477,00
	Fontes: ARSLVT e ARSAlentejo							
Infraestrutura								
Equipamento								
Misto								

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Preliminar -

3.4.5. Infraestruturas Sociais e Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

O exercício de mapeamento da dimensão social do PO Alentejo 2014-2020 (abril de 2017) definia como domínios de intervenção:

- Respostas sociais dirigidas a Crianças e Jovens
- Respostas sociais dirigidas a Pessoas Idosas
- Respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência.

Identificando dimensões específicas de intervenção, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, nas **dimensões do Internamento**:

- Respostas de cuidados continuados Integrados: Unidades de Cuidados Paliativos (UCP)
- Respostas de cuidados continuados Integrados: Unidades de Média Duração e Reabilitação (UMDR)
- Respostas de cuidados continuados Integrados: Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM)
- Respostas de cuidados continuados de saúde mental (CCISM)

E nas **dimensões de Ambulatório**:

- Respostas de cuidados continuados Integrados: Unidade de Dia e Promoção de Autonomia (UDPA)

Paralelamente, identificava os níveis de carência em termos de cobertura por NUTS III (matriz) e definindo dimensões de intervenção por concelho, em três níveis de prioridade, tendo como pressupostos, os níveis de cobertura e, quando aplicável, as dimensões de convenção do sistema social.

Síntese de prioridades da Região Alentejo, por tipologia e NUTS

	UCP	UMDR	ULDM	UDPA	CCISM
Alentejo Litoral	Sem cobertura	Assimetrias no interior da NUT, mas com camas globais ultrapassadas.	Assimetrias no interior da NUT, mas sem prioridade.	Carência total em toda a NUT	Carência total em toda a NUT
Alto Alentejo	Assimetrias no interior da NUT.	Assimetrias no interior da NUT. Atenuar assimetrias.	Assimetrias no interior da NUT, mas com camas globais ultrapassadas. Atenuar assimetrias.	Carência total em toda a NUT	Carência total em toda a NUT
Alentejo Central	Assimetrias no interior da NUT, mas sem prioridade.	Assimetrias no interior da NUT, mas sem prioridade.	Assimetrias no interior da NUT. Atenuar assimetrias.	Carência total em toda a NUT	Carência total em toda a NUT
Baixo Alentejo	Assimetrias no interior da NUT, mas sem prioridade.	Assimetrias no interior da NUT, mas sem prioridade.	Assimetrias no interior da NUT, mas sem prioridade. Atenuar assimetrias.	Carência total em toda a NUT	Carência total em toda a NUT
Lezíria do Tejo	Sem cobertura de camas e equipas. Prioritária.	Assimetrias no interior da NUT. Corrigir assimetrias.	Assimetrias no interior da NUT. Corrigir assimetrias.	Carência total em toda a NUT	Carência total em toda a NUT

O processo de implementação, redefiniu prioridades e ajustou. Os processos de reprogramação e as medidas em curso para o encerramento do Programa, introduziram tensões a esta programação inicial. Assim, o POR Alentejo 2020, tem programado **104 M€ de fundo** (envolvendo saúde e **social** na esfera da AG), a que se junta a contratualização com as NUTS III no âmbito dos Pactos, um valor de 16,6 M€ (de fundo), para o domínio do social (cerca de 8% do valor global dos Pactos), distribuído percentualmente da seguinte forma:

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Preliminar -

PI 09.07 Social	Valor reprog.	% por NUTS III
Alentejo Litoral	1 990 014 €	11,9
Alto Alentejo	4 723 797 €	28,3
Alentejo Central	5 927 933 €	35,5
Baixo Alentejo	2 259 574 €	13,5
Lezíria do Tejo	1 779 971 €	10,7
TOTAL	16 681 289 €	100,0

Tendo em conta a análise do **Quadro 5 e 6**, podemos extrair as seguintes conclusões:

- Apoiado um conjunto de 120 equipamentos com um investimento total de 81,7M€ (incluindo construção, requalificação ou equipamento), dos quais 91 apoiados pela AG (64,4M€) e 29 no âmbito do PACTO com as CIM (21,7M€);
- Só 7 concelhos não registaram qualquer investimento (5 CUC e 2 CUE);
- Ao contrário da Saúde, nas infraestruturas sociais, ocorrem minoritariamente nos CUR (26%), apresentando os CUC (38%) e os CUE (36%) dos investimentos;
- A esta tendência não será estranha a tipologia de intervenções, cerca de 70% dos investimentos são respostas (mais ou menos integradas) à 3ª idade;
- As intervenções entre esfera municipal e POR, têm em comum a intervenção de apoio à 3ª idade, mas diferenciam-se nas restantes respostas, do lado dos municípios a aposta na infância, sobretudo nos CUR (reforçando a rede de creches em linha com os objetivos nacionais da política), enquanto os investimentos da AG (por via das IPSS), se centram em cuidados continuados e diferenciados, apoio à saúde mental;
- Relativamente ao racional do mapeamento, a dinâmica da procura não garantiu respostas nos cuidados paliativos, e aos cuidados de longa duração;
- Em termos de repetição NUTS III, a representatividade é desequilibrada:

PI 09.07 social	% pop 2019	% intev
Alentejo Litoral	13,3	9,2
Alto Alentejo	14,8	32,5
Alentejo Central	21,6	29,2
Baixo Alentejo	16,5	12,5
Lezíria do Tejo	33,8	16,7
TOTAL	100,0	100,0

**Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Preliminar -**

Equipamentos Sociais Apoiados																					
					Tipologia dos Equipamentos Sociais														Total Intervenções	TOTAL INVEST (euros)	
					Infância e Juventude					População Adulta											
										Idosos				Pessoas com deficiência		Acolhimento temporário (CAT)	Equipamento com diversas valências				
DESIGNAÇÃO	MUNICÍPIOS	Centros Regionais	Centros Estruturantes	Outros Centros Complementares	Creche	Jardim Infância	ATL	Lar de Infância e Jovens perigo	Equipamento com diversas valências	Apoio Domicil	Centro Convívio /Comunitário	Centro Dia	Lar de Idosos	Cuidados Continuad.	Centro Atividades Ocupac (CAO)			Lar Residenc.			
CI do ALENTEJO LITORAL (5 MUNICÍPIOS)	Alcácer do Sal		CE		0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	3	2 604 557 €	
	Grândola		CE		0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2	593 035 €	
	Odemira		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	1	4	3 828 900 €	
	Santiago do Cacém	CR			0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	903 357 €	
	Sines	CR			0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	830 262 €	
	TOTAL	2	3	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	4	0	2	0	0	2	11	8 760 110 €
CI do ALTO ALENTEJO (15 MUNICÍPIOS)	Alter do Chão			CC	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	3	1 546 989 €	
	Arronches			CC	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	1 067 117 €	
	Avis			CC	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	657 019 €	
	Campo Maior		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	695 624 €	
	Castelo de Vide			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	698 791 €	
	Crato			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	976 276 €	
	Elvas	CR			0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	1	1	0	1	8	5 510 795 €	
	Fronteira			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 €	
	Gavião			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 €	
	Marvão			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	2	545 145 €
	Monforte			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1 417 693 €	
	Nisa		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	49 211 €	
	Ponte de Sor		CE		0	0	0	0	1	0	2	0	4	1	0	1	0	1	10	3 736 509 €	
	Portalegre	CR			0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	1	5	9 224 831 €
	Sousel			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	71 523 €
TOTAL	2	3	10	0	1	1	0	2	1	0	4	1	18	4	2	1	1	4	39	26 197 521 €	
CI do ALENTEJO CENTRAL (14 MUNICÍPIOS)	Alandroal			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	165 507 €
	Arraiolos			CC	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	3	1 897 483 €
	Borba			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 €
	Estremoz		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	3	2 602 510 €
	Évora	CR			0	1	0	0	1	0	3	0	1	0	2	1	0	3	12	5 989 652 €	
	Montemor-o-Novo		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	3	2 750 518 €	
	Mora			CC	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	42 500 €	
	Mourão			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	360 115 €	
	Portel			CC	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	3	1 522 043 €	
	Redondo			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 €
	Reguengos de Monsaraz		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3	4	2 298 293 €	
	Vendas Novas		CE		1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	120 540 €	
	Viana do Alentejo			CC	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1 008 562 €
	Vila Viçosa			CC	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	67 500 €
	TOTAL	1	4	9	2	1	1	0	0	1	3	4	2	5	3	2	2	0	10	35	18 825 222 €
CI do BAIXO ALENTEJO (13 MUNICÍPIOS)	Aljustrel		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	999 080 €
	Almodôvar			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	281 576 €
	Alvito			CC	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	328 990 €	
	Barrancos			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 €
	Beja	CR			0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	173 543 €	
	Castro Verde		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 €
	Cuba			CC	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	370 594 €	
	Ferreira do Alentejo			CC	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1	0	0	0	0	4	7 735 601 €	
	Mértola			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2	4 329 787 €	
	Moura		CE		1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	31 259 €	
	Ourique			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	275 053 €	
	Serpa		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1 124 863 €	
	Vidigueira			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	3 865 396 €	
	TOTAL	1	4	8	3	0	0	0	0	1	0	0	2	4	1	1	1	0	2	15	19 515 741 €
CI da LEZIRIA DO TEJO (11 MUNICÍPIOS) * PROT OVT	Almeirim			CC	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	3	1 007 871 €
	Alpiarça			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	336 009 €
	Azambuja			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	130 834 €
	Benavente		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	2	305 842 €
	Cartaxo		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 €
	Chamusca			CC	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	301 562 €	
	Coruche		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	3	2 310 850 €	
	Golegã			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	112 426 €	
	Rio Maior		CE		1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	3	3 175 404 €	
	Salvaterra de Magos			CC	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	278 879 €	
	Santarém	CR			0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4	424 029 €	
TOTAL	1	4	6	3	0	0	0	0	2	0	0	2	4	0	0	0	0	9	20	8 383 705 €	
5 NUTS III 58 MUNICÍPIOS		7	18	33	8	2	1	2	5	3	9	8	35	8	7	4	1	27	120	81 682 300 €	

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Preliminar -

Quadro 5 e 6 – Infraestruturas sociais apoiados – CIM, POR

Equipamentos Sociais Apoiados										
DESIGNAÇÃO	MUNICÍPIOS	Centros Regionais	Centros Estruturantes	Outros Centros Complementares	Número de Intervenções			Investimento (euros)		
					AG	CIM	TOTAL	Montante AG Invst_Tot	Montante CIM Invst_Tot	TOTAL INVEST
CI do ALENTEJO LITORAL (5 MUNICÍPIOS)	Alcácer do Sal		CE		2	1	3	2 201 028 €	403 529 €	2 604 557 €
	Grândola		CE		1	1	2	307 500 €	285 535 €	593 035 €
	Odemira		CE		3	1	4	3 110 280 €	718 620 €	3 828 900 €
	Santiago do Cacém	CR			1	0	1	903 357 €	0 €	903 357 €
	Sines	CR			0	1	1	0 €	830 262 €	830 262 €
	TOTAL	2	3	0	7	4	11	6 522 165 €	2 237 946 €	8 760 110 €
CI do ALTO ALENTEJO (15 MUNICÍPIOS)	Alter do Chão			CC	3	0	3	1 546 989 €	0 €	1 546 989 €
	Arronches			CC	2	1	3	903 406 €	163 711 €	1 067 117 €
	Avis			CC	0	1	1	0 €	657 019 €	657 019 €
	Campo Maior		CE		1	0	1	695 624 €	0 €	695 624 €
	Castelo de Vide			CC	2	0	2	698 791 €	0 €	698 791 €
	Crato			CC	1	0	1	976 276 €	0 €	976 276 €
	Elvas	CR			7	1	8	4 204 253 €	1 306 541 €	5 510 795 €
	Fronteira			CC	0	0	0	0 €	0 €	0 €
	Gavião			CC	0	0	0	0 €	0 €	0 €
	Marvão			CC	2	0	2	545 145 €	0 €	545 145 €
	Monforte			CC	0	1	1	0 €	1 417 693 €	1 417 693 €
	Nisa		CE		1	0	1	49 211 €	0 €	49 211 €
	Ponte de Sor		CE		7	3	10	2 509 692 €	1 226 817 €	3 736 509 €
	Portalegre	CR			3	2	5	8 643 302 €	581 530 €	9 224 831 €
	Sousel			CC	1	0	1	71 523 €	0 €	71 523 €
	TOTAL	2	3	10	30	9	39	20 844 211 €	5 353 310 €	26 197 521 €
CI do ALENTEJO CENTRAL (14 MUNICÍPIOS)	Alandroal			CC	1	0	1	165 507 €	0 €	165 507 €
	Arraiolos			CC	3	0	3	1 897 483 €	0 €	1 897 483 €
	Borba			CC	0	0	0	0 €	0 €	0 €
	Estremoz		CE		3	0	3	2 602 510 €	0 €	2 602 510 €
	Évora	CR			9	3	12	4 969 373 €	1 020 279 €	5 989 652 €
	Montemor-o-Novo		CE		3	0	3	2 750 518 €	0 €	2 750 518 €
	Mora			CC	0	1	1	0 €	42 500 €	42 500 €
	Mourão			CC	1	0	1	360 115 €	0 €	360 115 €
	Portel			CC	2	1	3	957 991 €	564 052 €	1 522 043 €
	Redondo			CC	0	0	0	0 €	0 €	0 €
	Reguengos de Monsaraz		CE		2	2	4	843 248 €	1 455 045 €	2 298 293 €
	Vendas Novas		CE		1	0	1	120 540 €	0 €	120 540 €
	Viana do Alentejo			CC	1	1	2	66 435 €	942 128 €	1 008 562 €
	Vila Viçosa			CC	1	0	1	67 500 €	0 €	67 500 €
	TOTAL	1	4	9	27	8	35	14 801 219 €	4 024 003 €	18 825 222 €
CI do BAIXO ALENTEJO (13 MUNICÍPIOS)	Aljustrel		CE		1	0	1	999 080 €	0 €	999 080 €
	Almodôvar			CC	1	0	1	281 576 €	0 €	281 576 €
	Alvito			CC	0	1	1	0 €	328 990 €	328 990 €
	Barrancos			CC	0	0	0	0 €	0 €	0 €
	Beja	CR			1	0	1	173 543 €	0 €	173 543 €
	Castro Verde		CE		0	0	0	0 €	0 €	0 €
	Cuba			CC	1	0	1	370 594 €	0 €	370 594 €
	Ferreira do Alentejo			CC	2	2	4	7 389 020 €	346 581 €	7 735 601 €
	Mértola			CC	1	1	2	998 000 €	3 331 787 €	4 329 787 €
	Moura		CE		1	0	1	31 259 €	0 €	31 259 €
	Ourique			CC	0	1	1	0 €	275 053 €	275 053 €
	Serpa		CE		1	0	1	1 124 863 €	0 €	1 124 863 €
	Vidigueira			CC	1	0	1	3 865 396 €	0 €	3 865 396 €
	TOTAL	1	4	8	10	5	15	15 233 331 €	4 282 411 €	19 515 741 €
CI da LEZÍRIA DO TEJO (11 MUNICÍPIOS) * PROT OVT	Almeirim			CC	2	1	3	488 429 €	519 442 €	1 007 871 €
	Alpiarça			CC	1	0	1	336 009 €	0 €	336 009 €
	Azambuja			CC	1	0	1	130 834 €	0 €	130 834 €
	Benavente		CE		1	1	2	191 739 €	114 103 €	305 842 €
	Cartaxo		CE		0	0	0	0 €	0 €	0 €
	Chamusca			CC	1	0	1	301 562 €	0 €	301 562 €
	Coruche		CE		3	0	3	2 310 850 €	0 €	2 310 850 €
	Golegã			CC	1	0	1	112 426 €	0 €	112 426 €
	Rio Maior		CE		2	1	3	2 464 139 €	711 265 €	3 175 404 €
	Salvaterra de Magos			CC	1	0	1	278 879 €	0 €	278 879 €
	Santarém	CR			4	0	4	424 029 €	0 €	424 029 €
	TOTAL	1	4	6	17	3	20	7 038 894 €	1 344 811 €	8 383 705 €
5 NUTS III	58 MUNICÍPIOS	7	18	33	91	29	120	64 439 821 €	17 242 480 €	81 682 300 €

3.4.6. Perspetiva 2030 - Infraestruturas Sociais

- O PRR, a exemplo de outras provisões de SSIG, inclui as respostas sociais no Plano. Assim, torna-se imperioso ajustar com o setor a dimensão temporal e financeira a prover no POR;
- Na dimensão PRR também se preveem intervenções para a provisão digital e móvel destes serviços, o que pode colocar em causa a densificação da rede de tomadores da política, pelo menos até ao limite temporal do PRR;
- Na ausência de informação do setor, tem que se colmatar a mesma em articulação com o setor.

3.4.7. Infraestruturas do Património Cultural

O exercício de mapeamento da dimensão cultural do PO Alentejo 2014-2020 (junho de 2015) definia como racional de prioridades intervenção os seguintes objetivos:

- Alavancagem do potencial cultural e turístico dos monumentos, considerando o forte impacte na atividade económica regional e nacional, cujo potencial de desenvolvimento decorre maioritariamente da existência de valores de referência patrimonial em condições de serem usufruídos e reconhecidos internacionalmente como valores singulares de uma civilização;
- Valorização e melhoria da oferta turística na área monumental, através de intervenções de recuperação e requalificação dos imóveis, mediante a criação de circuitos de visita integrados, qualificação de acolhimento e fruição da visita;
- Programação e dinamização cultural, através da realização de encontros relativos às diferentes áreas temáticas relacionadas com o património cultural, de exposições permanentes e temporárias, que promovam a oferta de eventos de qualidade e inovadores, possibilitando uma maior atratividade e diferenciação;
- Produção de conteúdos digitais no sentido da desmaterialização dos suportes de informação e da inovação dos meios de comunicação com os públicos;
- Produção e implementação de campanhas de marketing, permitindo maior atratividade, criação de novos públicos e projeção internacional;
- Implementação de campanhas integradas de marketing sobre o património dirigidas à sociedade portuguesa, focalizadas na integração da sua proteção no quotidiano, colocando o tema nos mass-media de forma atualizada;
- Relativamente ao património histórico edificado e arqueológico, aposta numa oferta diversificada e de qualidade nas áreas da cultura e do património (com destaque para as Cidades Património Mundial - Évora e Elvas);
- Museus de referência com grande potencial a desenvolver na oferta da região e que são um potencial muito considerável para a construção de projetos inteligentes e sustentáveis na área da cultura distintiva da região;
- Bibliotecas e arquivos históricos de referência como base para a criação de valor e de oferta associados a este segmento no domínio internacional, nomeadamente no que diz respeito ao património partilhado com outros países e continentes (património cultural de origem portuguesa relativamente ao qual as fontes de investigação se encontram maioritariamente em Portugal e uma grande parte nos arquivos do Alentejo);
- Património Arqueológico, com três dimensões em que o Alentejo se destaca claramente e onde o potencial para a criação de valor é muito significativo: o património megalítico, a herança do império

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Preliminar -

romano e a herança do património islâmico. Na dupla dimensão de investigação e de valorização, este domínio apresenta-se como uma das potencialidades da região que pode realmente concorrer para uma estratégia inteligente, sustentável e inclusiva.

No contexto deste racional, e no âmbito da parceria entre as Comunidades Intermunicipais e o setor, foram definidas as necessidades para a Região, incluindo as intervenções em infraestruturas e em equipamentos, abrangendo dimensões materiais e imateriais.

Os processos de implementação e reprogramação, redefiniram prioridades e ajustaram os montantes inicialmente programados. Assim, o POR Alentejo 2020 acabou por contratualizar neste domínio, 44M€ (cerca de 20% dos Pactos) com as NUTS III, a que acrescenta mais 42M€ na esfera do POR, enquadrando neste contexto as intervenções no Património Cultural e Natural, não tendo assumido montantes rígidos para cada dimensão (indicativamente, em sede de projetos indicativos de repartição, a cultura mobilizava cerca de 69% do montante) e assumindo a seguinte repartição percentual no contexto dos Pactos:

PI 06.03	Valor reprog.	% por NUTS III
Alentejo Litoral	9 607 172 €	21,8
Alto Alentejo	8 175 652 €	18,6
Alentejo Central	8 993 127 €	20,4
Baixo Alentejo	10 125 396 €	23,0
Lezíria do Tejo	7 114 869 €	16,2
TOTAL	44 016 216 €	100,0

Tendo em conta os **Quadros 7 e 8**, podemos extrair as seguintes conclusões:

- As intervenções no património cultural (via PACTO), previam apoiar 64 intenções com um investimento total de 74M€ (maioritariamente nas dimensões centros de interpretação/musealização ou dimensões imateriais de dinamização de redes e rotas e abordagens à promoção e valorização territorial e digital dos recursos culturais). Na prática, respondem ao racional do mapeamento e às preocupações da esfera municipal;
- A dimensão das intervenções identificadas pela Direção Regional de Cultura e pela Direção Geral de Património Cultural, são apenas 7 no valor de 2,2M€;
- Considerando que nesta temática a dimensão da hierarquia urbana, não é particularmente relevante (por via de uma lógica mais focada nos recursos), constata-se que 81% das intervenções ocorreram nos CUE e CUC, o que pode funcionar como uma afirmação da capacidade do reforço da identidade e da atração do território;

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Preliminar -

Quadro 7 – Investimentos património cultural – PACTO

DESIGNAÇÃO	MUNICÍPIOS	Centros Regionais	Centros Estruturantes	Outros Centros Complementares	Mapeamento Património / Cultura								Intervenções Apoiadas	
					Património Arqueológico	Património Arquitetónico				Museus / centros de interpretação	Rotas	Outros	Nº intervenções Apoiadas	Montante Invest_Tot
						Civil	Militar	Mista	Religiosa					
CI do ALENTEJO LITORAL (5 MUNICÍPIOS)	Alcácer do Sal		CE		0	0	1	0	0	1	0	0	2	2 800 000,00
	Grândola		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Odemira		CE		0	0	0	0	0	1	1	0	3	3 330 000,00
	Santiago do Cacém	CR			0	0	0	0	0	0	1	0	1	350 000,00
	Sines	CR			1	0	0	0	0	0	0	0	1	150 000,00
	TOTAL	2	3	0	1	0	1	0	1	2	1	1	7	6 630 000
CI do ALTO ALENTEJO (15 MUNICÍPIOS)	Alter do Chão			CC	0	0	0	0	0	0	0	2	2	228 195,00
	Arronches			CC	0	0	0	0	1	1	0	0	2	2 800 000,00
	Avis			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Campo Maior		CE		0	0	0	0	0	1	0	1	2	193 866,00
	Castelo de Vide			CC	0	1	0	0	0	1	0	0	2	175 000,00
	Crato			CC	0	0	0	0	0	1	0	0	1	217 221,00
	Elvas	CR			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Fronteira			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Gavião			CC	0	0	0	0	0	1	0	0	1	150 000,00
	Marvão			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Monforte			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Nisa		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Ponte de Sor		CE		0	0	0	0	0	0	0	1	1	400 000,00
	Portalegre	CR			0	0	0	0	1	0	0	0	1	194 118,00
	Sousel			CC	0	0	0	0	0	1	0	0	1	480 000,00
	TOTAL	2	3	10	0	1	0	0	2	6	0	4	13	4 838 400
CI do ALENTEJO CENTRAL (14 MUNICÍPIOS)	Alandroal			CC	0	0	1	0	0	0	0	0	1	25 000 000,00
	Arraiolos			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Borba			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Estremoz		CE		0	0	1	0	0	0	0	0	1	8 000 000,00
	Évora	CR			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Montemor-o-Novo		CE		0	0	1	0	0	0	0	0	1	5 444 000,00
	Mora			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Mourão			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Portel			CC	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1 000 000,00
	Redondo			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Reguengos de Monsaraz		CE		0	0	1	0	1	0	0	0	2	2 250 000,00
	Vendas Novas		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Viana do Alentejo			CC	0	0	0	0	1	0	0	0	1	500 000,00
	Vila Viçosa			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	CIMAC				0	0	0	0	0	1	1	0	2	3 000 000,00
	TOTAL	1	4	9	0	0	5	0	2	1	1	0	9	45 194 000
CI do BAIXO ALENTEJO (13 MUNICÍPIOS)	Aljustrel		CE		0	0	0	0	0	0	0	1	1	250 000,00
	Almodôvar			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Alvito			CC	0	0	0	0	0	0	0	1	1	200 000,00
	Barrancos			CC	1	0	0	0	0	0	0	0	1	600 000,00
	Beja	CR			1	0	0	0	0	1	0	1	3	694 000,00
	Castro Verde		CE		0	0	0	0	1	0	2	1	4	3 255 000,00
	Cuba			CC	0	1	0	0	0	0	0	0	1	850 000,00
	Ferreira do Alentejo			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Mértola			CC	0	0	0	0	0	2	0	1	3	2 050 000,00
	Moura		CE		0	0	2	0	1	1	3	0	7	2 280 096,00
	Ourique			CC	0	0	0	0	0	0	1	0	1	600 000,00
	Serpa		CE		0	0	0	0	0	1	1	0	2	542 850,00
	Vidigueira			CC	0	0	0	0	0	1	0	0	1	400 000,00
	CIMBAL				0	0	0	0	0	0	2	0	2	200 000,00
	TOTAL	1	4	8	2	1	2	0	3	5	9	5	27	11 921 946
CI da LEZÍRIA DO TEJO (11 MUNICÍPIOS) * PROT OVT	Almeirim			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Alpiarça			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Azambuja			CC	0	0	0	0	0	0	1	0	1	300 000,00
	Benavente		CE		0	0	0	0	1	1	0	0	2	2 082 500,00
	Cartaxo		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Chamusca			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Coruche		CE		0	0	0	0	0	0	0	1	1	300 470,00
	Golegã			CC	0	0	0	0	0	1	0	1	2	750 000,00
	Rio Maior		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Salvaterra de Magos			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Santarém	CR			0	0	0	0	2	0	0	0	2	1 800 000,00
	CIMLT				0	0	0	0	0	0+		0	0	0,00
	TOTAL				0	0	0	0	3	2	1	2	8	5 232 970
5 NUTS III	TOTAL	1	4	6	3	2	8	0	11	16	12	12	64	73 817 316

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Preliminar -

Quadro 8 – Investimentos património cultural – POR

					Mapeamento Património / Cultura									Intervenções Apoiadas	
					Património Arqueológico	Património Arquitetónico				Museus / centros de interpretação	Rotas	Outros	Nº intervencoes Apoiadas	Montante Invst_Tot	
DESIGNAÇÃO	MUNICÍPIOS	Centros Regionais	Centros Estruturantes	Outros Centros Complementares		Civil	Militar	Mista	Religiosa						
CI do ALENTEJO LITORAL (5 MUNICÍPIOS)	Alcácer do Sal		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Grândola		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Odemira		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Santiago do Cacém	CR			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Sines	CR			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	TOTAL	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CI do ALTO ALENTEJO (15 MUNICÍPIOS)	Alter do Chão			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Arronches			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Avis			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Campo Maior		CE		0	0	1	0	0	0	0	0	1	30 000,00	
	Castelo de Vide			CC	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1 104 227,39	
	Crato			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Elvas	CR			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Fronteira			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Gavião			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Marvão			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Monforte			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Nisa		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Ponte de Sor		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Portalegre	CR			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Sousel			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	TOTAL	2	3	10	0	0	1	0	0	1	0	0	2	1 134 227	
CI do ALENTEJO CENTRAL (14 MUNICÍPIOS)	Alandroal			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Arraiolos			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Borba			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Estremoz		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Évora	CR			0	0	0	0	1	1	0	2	4	873 060,00	
	Montemor-o-Novo		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Mora			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Mourão			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Portel			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Redondo			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Reguengos de Monsaraz		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Vendas Novas		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Viana do Alentejo			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Vila Viçosa			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	CIMAC				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	TOTAL	1	4	9	0	0	0	0	1	1	0	2	4	873 060	
CI do BAIXO ALENTEJO (13 MUNICÍPIOS)	Aljustrel		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Almodôvar			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Alvito			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Barrancos			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Beja	CR			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Castro Verde		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Cuba			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Ferreira do Alentejo			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Mértola			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Moura		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Ourique			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Serpa		CE		0	0	0	0	0	0	1	0	1	180 810,00	
	Vidigueira			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	CIMBAL				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	TOTAL	1	4	8	0	0	0	0	0	1	0	0	1	180 810	
CI da LEZÍRIA DO TEJO (11 MUNICÍPIOS) * PROT OVT	Almeirim			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Alpiarça			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Azambuja			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Benavente		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Cartaxo		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Chamusca			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Coruche	CE			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Golegã			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Rio Maior		CE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Salvaterra de Magos			CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	Santarém	CR			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	CIMLT				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
	TOTAL				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
5 NUTS III	TOTAL	1	4	6	0	0	1	0	1	3	0	2	7	2 188 097	

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Preliminar -

- Em termos territoriais o conjunto dos investimentos (PACTO e POR), têm a seguinte repartição:

PI 06.03 Cultura	% pop 2019	% intev
Alentejo Litoral	13,3	9,9
Alto Alentejo	14,8	21,1
Alentejo Central	21,6	18,3
Baixo Alentejo	16,5	39,4
Lezíria do Tejo	33,8	11,3
TOTAL	100,0	100,0

- O balanço dos beneficiários é muito positivo em relação ao processo e à relação com a AG (circuitos internos, balcão único e desmaterialização de processos), sem deixar de criticar o peso dos mecanismos de contratação pública, e os “custos de transação” do ciclo de vida do projeto (maturidade, tramitação, falta de programação setorial, dificuldades orçamentais, concursos de empreitada);
- Não se registam desvios à programação.

3.4.8. Perspetivas 2030 - Infraestruturas do Património Cultural

- O PRR acabou por incluir um conjunto (limitado) de intervenções neste domínio, em particular abordagens que em 2020 estiveram na esfera do POR. No entanto, a exemplo das intervenções na saúde e nas infraestruturas sociais, será necessário identificar as intervenções em cada instrumento;
- O levantamento de intenções recebido, foi anterior à decisão do governo, pelo que deve ser revisto (não podemos ter sobreposição de investimentos). Em todo o caso, o volume de necessidades identificadas, a que se deve somar a esfera municipal, antecipa que os POR terão que incluir verbas nestes domínios;
- A candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura, e o envolvimento do território neste processo, deverá reforçar as dinâmicas de procura neste domínio de provisão;
- O racional do quadro anterior mantém-se válido na obtenção de resultados, reforçando-se as apostas nas dimensões digitais e no envolvimento de públicos nas diferentes abordagens culturais;
- As necessidades identificadas pelos setores, rondam os 21M€ (mais centradas na lógica de conservação e valorização, por natureza das competências). A esta ambição vão juntar-se as lógicas da esfera municipal (ainda não expressas ou recolhidas), que alinham com o racional da política e com os objetivos de coesão do território defendidos na Estratégia Regional Alentejo 2030.

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral - Relatório Preliminar -

Identificação das intervenções previstas para o período 2021 - 2027	Tipologia	Contribui para a Candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura?	Localização	Prioridade (1, 2, 3 ...)	Valor Total do investimento Previsto
Castelo de Alandroal	Monumento	Sim /diretamente	Alandroal	2	1 000 000 €
Museu Regional Rainha D Leonor (Museu de Beja)	Museu	Sim /diretamente	Beja	1	3 000 000 €
CASA DA CIDADANIA SALGUEIRO MAIA - 2ª FASE -Castelo de Vide	Património, Animação e Divulgação	Sim /indiretamente	Castelo de Vide	3	300 000 €
Mosteiro de Flor da Rosa	Monumento	Sim /diretamente	Crato	1	1 000 000 €
Sé de Elvas	Monumento	Sim /diretamente	Elvas	1	1 000 000 €
Convento de São Bento de Castris	Bens Imóveis Classificados - Arquitectura Religiosa	Sim /diretamente	Évora	1	3 000 000 €
Valorização, promoção e desenvolvimento do património histórico e cultural de Évora e da região envolvente	Itinerários Culturais	Sim /diretamente	Évora	3	100 000 €
Casa de Burgos- Romanos, Árabs e Nós	Bens Imóveis Classificados - Arquitectura Civil	Sim /diretamente	Évora	1	300 000 €
Templo Romano- Memórias Contadas em 3D	Animação e Divulgação	Sim /diretamente	Évora	1	100 000 €
Sé de Évora-Trabalhos de conservação	Bens Imóveis Classificados - Arquitectura Religiosa	Sim /diretamente	Évora	1	1 500 000 €
Área do Castelo Velho com as ruínas da cidade romana adjacente (Sítio Arqueológico de Miróbriga)	Bens Imóveis Classificados - Sítios Arqueológicos	Não	Santiago do Cacém	1	500 000 €
Qualificação da oferta - Reconstrução Virtual da Cidade romana de Miróbriga	Bens Imóveis Classificados - Sítios Arqueológicos	Sim /indiretamente	Santiago do Cacém	2	100 000 €
Convento de Nossa Senhora da Saudação (*)	Monumento	Não	Mintemor-o-Novo		5 500 000 €
					17 400 000 €

Fonte: DRC Alentejo/ (*) por indicação da CIMAC em sede de consulta

Identificação das intervenções previstas para o período 2021 - 2027	Tipologia	Contribui para a Candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura?	Localização	Prioridade (1, 2, 3 ...)	Valor Total do investimento Previsto
Remodelação Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo	Museu	Sim /indiretamente	Évora	1	500 000,00 €
Igreja de Nossa Senhora das Mercês	Património Classificado	Sim /indiretamente	Évora	1	2 000 000,00 €
Exposições Itinerantes e Programação	Animação e Divulgação	Sim /indiretamente	Região	2	1 000 000,00 €
Programação Património Imaterial	Património Imaterial	Sim /indiretamente	Região	3	500 000,00 €
Património Cultural Subaquático	Conhecimento e Inovação	Sim /indiretamente	Região	5	500 000,00 €
Reservas Coleções	Espaço Museológico	Sim /indiretamente	Região	4	2 000 000,00 €
Infra estrutura tecnologia e digitalização do Museu Nacional	Museu	Sim /diretamente	Évora	2	1 000 000,00 €
Eficiência Energética no Museu Nacional e na Igreja das Mercês	Bens Imóveis Classificados - Arquitectura Mista	Sim /indiretamente	Évora	1	1 000 000,00 €
Intervenção no património afecto da DGPC	Bens Imóveis Classificados - Arquitectura Religiosa	Não	Região	3	1 000 000,00 €
					9 500 000,00 €

Fonte: DG Património

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Final -

3.5. Matriz para a Ação

Dimensões Estratégicas Críticas				Desafios Regionais Relevantes ER Alentejo 2030		
Dimensão territorial SSIG	CUR	CUE	CUC	Demografia e serviços de suporte	Qualificação dos sus-sistemas territoriais	Governança e Ação Coletiva Regional
Infraestruturas escolares	Fator Crítico (Equipamentos de nova geração)	Fator Relevante (Fecho Qualificação de Rede)	Fator Crítico (Racional de Coesão)	Fator Muito Crítico (Atração)	Fator Crítico (Consolidação das respostas, consolidação dos corredores de polaridade, reforço aos centros isolados - articulação mobilidade)	Fator Crítico (Reforço das competências CIM/Municípios e das capacidades de repostas ajustadas)
Infraestruturas de Saúde	Fator Crítico (Equipamentos de nova geração)	Fator Crítico (Racional de Coesão)	Fator Crítico (Racional de Coesão)	Fator Muito Crítico (Atração e qualidade de vida - atração de recursos qualificados)	Fator Crítico (Consolidação das respostas, consolidação dos corredores de polaridade, reforço aos centros isolados - articulação mobilidade)	Fator Muito Crítico (Reforço das competências CIM/Municípios e das capacidades de repostas ajustadas-dimensão digital)
Infraestruturas Sociais e Rede de Cuidados Continuados Integrados	Fator Crítico (Equipamentos de nova geração)	Fator Crítico (Racional de Coesão)	Fator Crítico (Racional de Coesão)	Fator Muito Crítico (Atração e qualidade de vidas – atração de recursos especializados)	Fator Crítico (Consolidação das respostas, reforço aos centros isolados)	Fator Crítico (reforço de capacitação – alargamento futuro de competências em repostas integradas)
Infraestruturas do Património Cultural	Fator Relevante (Diferenciação)	Fator Relevante (Identidade)	Fator Relevante (Identidade)	Fator Crítico (Competitividade Territorial, atração de talento criativo)	Fator Relevante (Consolidação de redes, ofertas territoriais integradas, suportadas em recursos)	Fator Crítico (Reforço de capacitação para respostas inovadoras e colaborativas)
Territorialização – Articulação estratégica	Articulação PRR	Fator Muito Crítico (A escala de intervenção dos instrumentos territoriais para a esfera de intervenção nos SSIG perde grande parte da sua coerência caso não se garanta a articulação POR/PRR nestes domínios (Saúde, Social e Cultura – Dimensões Física, Móvel e Digital), quer em contexto territorial quer temporal (pós 2026). As soluções Digitais para a Educação e a intervenção na habitação também estão previstas em contexto PRR.		Fator Muito Crítico (Habitação, SSIG, Capacitação)	Fator Muito Crítico (Intervenção integrada com base na coerência territorial das competências da esfera municipal)	Fator Relevante (Apropriação das competências e subsidiariedade nas decisões e na consistência das escolhas)
	Demografia e serviços de suporte	- Situação particularmente crítica para o Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, com CUE e CUC a perder nalguns casos mais de 15% da população e em forte envelhecimento; - Apostas na Saúde e Social (PRR/POR) consolidação de rede e da qualidade de respostas (CUE e CUC), respostas diferenciadoras nos CUR; - Preocupações sentidas em todas as sub-regiões, com forte ligação às questões da Habitação (PRR/POR);				
	Qualificação dos sus-sistemas territoriais	- Situação particularmente crítica para o Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo, com CUC e alguns CUE isolados dos seus subsistemas funcionais. A este processo juntam-se casos como Odemira (sem Subsistema no PNPOT). Os SSIG devem garantir funcionamento em rede e coerência de respostas (sem descurar processos de ganhos de escala ou de especialização). O nível CIM deve garantir consolidação de provisão inovadora em rede (mobilidade a pedido, unidades móveis, ofertas digitais - PRR/POR); - Os CUR devem conseguir preparar repostas inovadoras e equipamentos piloto de nova geração (para além de fecho de rede e qualificação), CUE e CUC devem consolidar respostas e reforçar mecanismos de provisão inovadora (“levar os serviços às pessoas...”); - A questão é sentida de forma assimétrica pelas sub-regiões. A consolidação dos subsistemas deve ancorar estas intervenções integradas numa abordagem mais lata de regeneração urbana e articuladas com as questões da habitação. A rede dos SSIG (nas diferentes formas de provisão) deve afirmar a relação rural/urbano.				
	Governança e Ação Coletiva Regional	- O reforço das competências e da capacitação, deve centra-se na qualidade das respostas, na capacidade de entrega de políticas e no reforço da atração de recursos humanos diferenciados e qualificados. Os CUR têm condições naturais para fixar alguns destes recursos, mas a rede neste contexto não discrimina a hierarquia; - As sub-regiões, reforçam a necessidade de capacitação para a partilha de serviços e de meios.				
	Base Territorial Competitividade	A necessidade de respostas inovadoras e soluções digitais, estimula a ligação com a EREI, nos domínios da Saúde, Educação, Cultura/criativos e Inovação Social;				

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Final -

4 - TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES

A construção de racionais para a intervenção no âmbito dos SSIG deve, no contexto do *balanço do passado*, das *expetativas identificadas* (à data) *pelos atores territoriais em articulação com os setores*, dos *desafios da Estratégia Regional e das estratégias sub-regionais*, e no contexto do *modelo territorial*, ter em conta os seguintes **Objetivos operacionais**:

- (i) Assegurar a coerência na intervenção das escalas sub-regionais, em linha com as suas competências e os objetivos de consolidação do modelo territorial da Estratégia 2030;
- (ii) Garantir processos de contratualização flexíveis que assegurem ajustamento aos objetivos, desafios e estrangulamentos identificados na Estratégia Regional e os ajustamentos adequados às necessidades de cada nível sub-regional;
- (iii) Assegurar respostas para os fatores críticos identificados na Estratégia Regional Alentejo 2030 e realçados na Matriz de Ação;
- (iv) Garantir a coerência de articulação com outras dimensões de intervenção no quadro dos POR e do PRR;
- (v) Garantir a capacitação dos diferentes níveis de intervenção, com ganhos de eficiência e capacidade de articulação.

(A) Assegurar a coerência de intervenção da escala municipal e sub-regional	<i>Tipologia de operações e intervenções</i>
<i>Assegurar a coerência dos instrumentos territoriais com o nível de competências de forma flexível e multinível</i>	✓ No contexto de intervenções no âmbito dos SSIG, permitir a cada CIM mobilizar (dentro de um valor pré-estabelecido por CIM), a escolha de intensidade de mobilização das tipologias no âmbito dos instrumentos; ✓ Assegurar (na medida do possível) a intervenção no âmbito dos SSIG em articulação com a intervenção em regeneração urbana; ✓ Valorizar as abordagens dos subsistemas territoriais com as abordagens NUTS II e com os instrumentos urbanos dos CUR e CUE; ✓ Contratualização com as CIM (enquanto Organismo Intermédio de coordenação sub-regional), no âmbito da assunção e cumprimento da transferência de competências; ✓ Na falta de garantia, de que as intervenções PRR asseguram plena concretização das necessidades de cada um dos domínio, assegurar no instrumento, abertura para intervenções nos serviços de saúde, social e cultura. Torna-se inevitável assegurar a territorialização das medidas PRR e contrata-las a par dos instrumentos ITI das CIM (uma vez que vão ser o municípios os executores finais dos investimentos em ambos os instrumentos); ✓ Reforçar a articulação com as políticas setoriais neste domínio, privilegiando o papel Coordenador das CCDR na articulação do seu modelo territorial de desenvolvimento.

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Final -

(B) Consolidar a intervenção sub-regional	Tipologia de operações e intervenções (“menu” flexível)
Garantir o reforço da consolidação do modelo territorial e dos subsistemas territoriais	Contratualização ITI CIM âmbito SSIG (alínea a) DL 97/2020) ✓ Serviços de educação: Construção, requalificação e modernização e conservação de edifícios escolares (Jardim de Infância, EB 1,2,3); ✓ Sucesso educativo; ✓ Transportes e Mobilidade Inframunicipal: Mobilidade a pedido; provisão de serviços móveis; ✓ Reforço de competências e capacidades de mediação digital em lógicas de proximidade, tendo em conta o peso de iliteracia digital da população existente. Contratualização ITI Instrumento Urbano âmbito SSIG e subsistemas territoriais (e âmbito funcional) (alínea a) DL 97/2020) ✓ Reabilitação do tecido urbano para disponibilidade de soluções de habitação a custo controlado; ✓ Lançamento de iniciativas nos CUR que permitam implementar equipamentos de nova geração (a escalar em processos futuros, e.g.: escola do futuro, centro de saúde do futuro..., articulando inovações e conhecimento com qualidade de serviço e de proximidade). Equipamentos sustentáveis, integradores, próximos e com aumento de valências e suportados em soluções de proximidade digital e flexibilidade de cuidados. Numa lógica em que se garanta que os SSIG chegam às pessoas, articulando com soluções de transferência de conhecimento que sejam “exportáveis”). Contratualização intervenções não cobertos na plenitude pelo PRR (ajustamento de mapeamentos) ou pós-PRR: ✓ Infraestruturas de Saúde : Cuidados Primários, dimensões digitais inovadoras (monitorização de sinais vitais, telemedicina, ...) e Reforço de articulação das intervenções nos domínios da saúde mental; ✓ Infraestruturas culturais e património, dimensões digitais criativas, museus em rede, ...; ✓ Gestão, valorização e conservação do património cultural e Museus (Não Nacionais) ✓ Infraestruturas Sociais e Cuidados Integrados (infância e terceira idade).

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Final -

<i>Garantir o reforço da consolidação do modelo territorial e dos subsistemas territoriais (cont.)</i>	✓ Infra estruturas de educação: Dimensão digital da Educação, Residências Estudantes. ✓ Habitação social. Contratualização parcerias para a Coesão com foco nos SSIG (alínea d) DL 97/2020) ✓ <i>Iniciativas inovadoras de reposta (iniciativas em comunidades desfavorecidas, soluções piloto de transporte urbano, currículos alternativos, comunidades de cuidadores, iliteracia digital... etc.)</i> Iniciativas de articulação regional (coordenação CCDR e concretização sub-regional - funcional) ✓ <i>Reforço da provisão digital (alargamento de serviços digitais inovadores), consolidação de redes;</i> ✓ <i>Partilha de Provisão inovadora de serviços;</i> ✓ <i>Acessibilidade do território para todos.</i>
---	---

(C) Articular a intervenção coletiva regional	Tipologia de operações e intervenções
<i>Reforço das funções de Coordenação e apostas na capacitação</i>	✓ Capacitação institucional das CIM com reforço das estruturas técnicas de governança territorial na animação, qualificação e consolidação da eficiência coletiva de intervenções dos atores regionais; ✓ Reforço na articulação multinível, antecipando o reforço das competências NUTS II e consolidando o papel das competências NUTS III e Municípios, com ação no contexto dos SSIG; ✓ Programa de atração de recursos diferenciados nos domínios prestação social e na valorização de condições para atração de talento competências altamente qualificadas, para os domínios de saúde, educação, e cultura; ✓ Incentivo ao reforço de mediadores no interface entre as soluções digitais e uma população com níveis de iliteracia digital, assegurando respostas de proximidade à população, quer ao nível municipal, quer ao nível das freguesias; ✓ Programa de capacitação de ativos, planeamento de novas profissões para novas respostas.

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Final -

5 - RESULTADOS ESPERADOS

OBJETIVOS OPERACIONAIS	ASSEGURAR A COERÊNCIA DE INTERVENÇÃO DA ESCALA MUNICIPAL E SUB-REGIONAL	CONSOLIDAR A INTERVENÇÃO SUB-REGIONAL	ARTICULAR A INTERVENÇÃO COLETIVA REGIONAL
RESULTADOS ESPERADOS DAS INTERVENÇÕES			
Afirmação das CIM enquanto organismo intermédio de coordenação sub-regional			
Estruturas CIM e Municípios e POR robustecidas técnica e humanamente para executar as novas competências de governança territorial			
Maior proximidade, eficácia e eficiência na função de Coordenação das CCDR e dos instrumentos do PO Regional com os promotores de intervenções que permitem a entrega de políticas públicas de proximidade			
Maior flexibilidade, customização interna e externa e maior presença do Serviço Público no território			
Reforçar o racional entre o modelo territorial (PNPOT/PROT) e as políticas públicas territorializadas			
Melhor acesso, execução e financiamento das medidas do PO Regional aos agentes do território em coerência com o nível de competências			
Suporte técnico qualificado na articulação territorial das políticas públicas e gestão estratégica das intervenções			
Disseminação de abordagens e metodologias inovadoras nas intervenções de valorização dos ativos do território			
Valorização de recursos regionais e digitais disponíveis, por via de <i>e-Governance</i> e soluções de prestação inovadoras das políticas públicas associadas ao SSIG			
Melhor qualidade da resposta, eficácia e eficiência da AP local e desconcentrada, aos agentes e cidadãos			
Incremento da participação espontânea das comunidades locais na resolução dos seus problemas concretos			
Nova inteligência coletiva do território, assente na colaboração, partilha e de inovação nas abordagens			
Transparência dos processos/mecanismos de governança regional para os atores regionais e cidadãos			
Modelo territorial mais robusto, com subsistemas articulados suportados na qualidade e no acesso aos SSIG, com reforço da coesão territorial e afirmação da competitividade regional			

Plano de Ação Serviços de Interesse Geral
- Relatório Final -

6 - ENTIDADES A ENVOLVER NA IMPLEMENTAÇÃO (PROMOTORAS E BENEFICIÁRIAS)

ENTIDADES A ENVOLVER NA IMPLEMENTAÇÃO DAS INTERVENÇÕES, POR OBJETIVO OPERACIONAL			
OBJETIVOS OPERACIONAIS	ASSEGURAR A COERÊNCIA DE INTERVENÇÃO DA ESCALA MUNICIPAL E SUB-REGIONAL	CONSOLIDAR A INTERVENÇÃO SUB-REGIONAL	ARTICULAR A INTERVENÇÃO COLETIVA REGIONAL
ENTIDADES PROMOTORAS ☐			
ENTIDADES BENEFICIÁRIAS ☒			
AG - Autoridade de Gestão do PO Regional	☐	☐	☐
CCDRA - Comissão de Coordenação Regional do Alentejo		☐	☐
AL - Pessoas Coletivas de Direito privado com natureza municipal ou intermunicipal	☒	☒	☒ / ☐
SP - Organismos Desconcentrados da Administração Central	☒	☒	☐
EP - Setor Empresarial do Estado		☒	☒
AP – Administração pública direta ou indireta do Estado;	☒	☒	
ESC - Entidades que tutelam os estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico, secundário	☒	☒	☒
ESCP - Entidades que tutelam escolas profissionais		☒	☒
EES - Entidades da Economia Social (IPSS ou outras organizações sem fins lucrativos)	☒	☒	☒
ESC - Entidades Culturais da Sociedade Civil	☒	☒	☒
FU - Fundações e Associações sem Fins Lucrativos (domínios da Cultura)		☒	☒
APS - Administração Pública dos sectores da Saúde	☒	☒	☒
EPS - Empresas Públicas da área da Saúde	☒	☒	☒
APSS - Administração Pública dos sectores da Segurança Social	☒	☒	☒
ADL - Associações de Desenvolvimento Local			☒
GAL - Grupos de Ação Local			☒
CCI - Conselho de Coordenação Intersectorial			☒
CR - Conselho Regional			☒
IES - Instituições de Ensino Superior		☒	☒ / ☐
EI - Entidades de Interface		☒	☒